

**DANDARA DE OLIVEIRA**

**DE SÃO BORJA AO CATETE:**

A campanha de Getúlio Vargas e a *Tribuna da Imprensa* na eleição presidencial de 1950.

Florianópolis, 2016

**DANDARA DE OLIVEIRA**

**DE SÃO BORJA AO CATETE:**

A campanha de Getúlio Vargas e a *Tribuna da Imprensa* na eleição presidencial de 1950.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte  
(Departamento de História/UFSC)

Florianópolis, 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na Sala 102 do Centro Socioeconômico – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Adriano Luiz Duarte**, Orientador e Presidente, o Doutorando **Diego Pacheco**, Titular da Banca, e o Doutorando **Tiago João José Alves**, Suplente, designados pela Portaria nº37/HST/16 da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Dandara de Oliveira**, subordinado ao título: “**DE SÃO BORJA AO CATETE: A campanha de Getúlio Vargas e a Tribuna da Imprensa na eleição presidencial de 1950**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **Adriano Luiz Duarte**, a nota final 10,0, do Doutorando **Diego Pacheco**, a nota final ..... e do Doutorando **Tiago João José Alves**, a nota final 10,0; sendo aprovada com a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia nove do mês de dezembro de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 29 de novembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. **Adriano Luiz Duarte**.....

Doutorando **Diego Pacheco**.....

Doutorando **Tiago João José Alves**.....

Candidata **Dandara de Oliveira**.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ o  
acadêmico(a) DANDARA DE OLIVEIRA, matrícula  
n.º 112.015.86, entregou a versão final de seu TCC cujo título é  
DE SÃO BORDA AO CATETE: A CAMPANHA DE GETÚLIO VARGAS E A TRIBUNA DA IMPRENSA NA ELEIÇÃO  
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa. PRESIDENCIAL DE 1950.

Florianópolis, 07 de DEZEMBRO de 2016.

\_\_\_\_\_  
Orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram para que esta pesquisa fosse concretizada. Em especial a minha Família; ao meu companheiro Lucas S. Albuquerque presente em todos os momentos; a Jéssica Duarte de Souza, minha versão da palhoça; ao meu orientador Adriano Luiz Duarte e aos meus amigos e amigas Ananda Mesquita de Barros, Bruno Lemos, Carla Teixeira, Cassio Bogdan, Cristhina Boni Lavratti, Diego Whisllety, Fernanda Lessa, Isa Maria Moreira Liz, Marcelo Augusto de Oliveira, Ricardo Duwe, Rodrigo Porto, Thiago Santini Breda e Yhande Aguiar.

“Ai, Gegê! Ai, Gegê! Ai, Gegê!  
Que saudade que nós temos de você.  
O feijão subiu de preço.  
O café subiu também.  
Carne seca anda por cima  
Não se passa pra ninguém.  
Tudo sobe, sobe, sobe  
Todo dia no cartaz.  
Só o pobre do cruzeiro  
Cada dia desce mais, mais, mais, mais.”

João de Barros e José Maria Abreu,  
Carnaval de 1950.

## RESUMO

Após 1945 o Brasil vivenciar a democracia de massa, com envolvimento amplo do eleitorado. Essa experiência é ampliada na eleição de 1950, pois não estava marcada pelo processo de abertura do final do Estado Novo. A presente pesquisa tem por objetivo analisar como foi organizada a campanha eleitoral de 1950 do candidato Getúlio Vargas e de que forma ela repercutiu na coluna diária do jornalista Carlos Lacerda que era publicada no jornal carioca, de sua propriedade, *Tribuna da Imprensa*. A análise ocorreu a luz das principais mudanças do eleitorado no pós-45, como a crescente mobilização dos eleitores e o fortalecimento dos partidos como instituições basilares da democracia. Para tanto, o contexto pré-eleição foi analisado, desde 1945, passando pelas negociações para a sucessão de Eurico Gaspar Dutra, até outubro de 1950, para não correr o risco de reduzir as escolhas eleitorais ao período da campanha. Como fonte para a pesquisa foram utilizados os jornais do período, em especial a *Tribuna da Imprensa*, os discursos do candidato Getúlio Vargas compilados em 1951, alguns documentos dos arquivos pessoais acervados no CPDOC, em especial a série campanha de 1950, e dados das eleições publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os resultados apontam para duas questões complementares, Getúlio Vargas foi eleito tanto pelas escolhas frente as demandas dos trabalhadores praticadas pelo seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, assim como a escolha de candidatos com pouco diálogo com as camadas populares.

**Palavras-chave:** Eleições. 1950. Getúlio Vargas. Tribuna da Imprensa. Política.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ele Voltará.....	35
FIGURA 2 – Getúlio Vargas em Carolina.....	40
FIGURA 3 – Getúlio Vargas em Manaus.....	43
FIGURA 4 – Getúlio Vargas em Joinville.....	50
FIGURA 5 – Tribuninha.....	63
FIGURA 6 – Amigo da Tribuna.....	65
FIGURA 7 – Qual é o maior?.....	76



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

ED – Esquerda Democrática

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

PAN – Partido Agrário Nacional

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PR – Partido Republicano

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Progressista

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – DURANTE O RETIRO EM SÃO BORJA.....	15
➔ A eleição de 1945 .....	15
➔ O governo Dutra .....	23
➔ As fórmulas para 1950 .....	26
➔ Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas .....	29
CAPÍTULO II – A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1950 .....	38
➔ A caravana eleitoral pelo Brasil.....	38
➔ Os discursos de Vargas .....	54
➔ A imprensa opositora na campanha eleitoral .....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	77
REFERÊNCIAS .....	81
FONTES .....	83

## INTRODUÇÃO

A eleição de 1950 é vista como a consagração popular de Getúlio Vargas. Após ser deposto em outubro de 1945, retorna com amplo apoio dos eleitores. Mas como um político que foi deposto do Catete com o estigma de ditador conseguiu retornar ao posto? Como isso foi encarado pela imprensa opositora? Para buscar entender essas questões a presente pesquisa se dedica a analisar os antecedentes e a campanha eleitoral do candidato Getúlio Vargas para a presidência em 1950, concomitante com a repercussão nas páginas da *Tribuna da Imprensa*, jornal do udenista Carlos Lacerda.

Por antecedentes compreende-se o período em que Getúlio Vargas esteve em São Borja. A atuação política de Vargas na eleição de 1945, a gestão política de Eurico Gaspar Dutra em relação aos trabalhadores e as negociações para sucessão são temáticas que auxiliam a análise da eleição dentro de um contexto amplificado, sem reduzir as escolhas eleitorais aos meses de campanha que antecederam outubro de 1950. Desta forma, a pesquisa visa entender como foi organizada a campanha eleitoral de 1950 do candidato Getúlio Vargas, como ele tratou de temas centrais, como as Leis Trabalhistas e o Estado Novo, e de que forma repercutiu na coluna do jornalista Carlos Lacerda que era publicada no jornal, de sua propriedade, *Tribuna da Imprensa*. A pergunta será pensada junto com as principais mudanças que ocorreram no eleitorado a partir de 1945.

Em 1933, durante a eleição para a Assembleia Constituinte, 1.466.700 eram eleitores inscritos<sup>1</sup> no Brasil, já em 1945 tínhamos 7.425.825, ou seja, um crescimento de mais de 500%<sup>2</sup>, a ampliação também é considerável quando comparado com 1950, aonde o eleitorado total chega a 11.455.149<sup>3</sup>. O aumento do eleitorado se torna preponderante quando observado os dados referentes à Primeira República. A população brasileira passou de 14,3 milhões de habitantes, em 1890, para 37,6 milhões, em 1930<sup>4</sup>. Nesse mesmo período, porém, a participação política da população nunca ultrapassou os 5%. As duas eleições com maior contingente proporcional de eleitores são 1914, quando concorreu Venceslau Brás Pereira

---

<sup>1</sup> BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. 549.

<sup>2</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos**: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p 7.

<sup>3</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos**: eleições federais e estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963, v. 7. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973, p. 7.

<sup>4</sup> BRASIL. Instituto Nacional De Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937, p. 129.

Gomes como candidato único, e 1930, onde os candidatos foram Getúlio Vargas e Júlio Prestes, ou seja, o considerável aumento populacional não alterou a política partidária, que se manteve elitizada e excludente<sup>5</sup>.

Poucos são os dados eleitorais da Primeira República. Em 1930, Júlio Prestes somou 1.091.709 votos contra 742.794 de Getúlio Vargas, outros candidatos obtiveram 245 votos<sup>6</sup>, no total 1.834.748 eleitores compareceram as urnas para eleger o novo Presidente da República. Essa informação possui lacunas, pois não há dados referentes aos votos brancos e nulos, nem distribuição de votos por unidade da federação. Mesmo assim, uma comparação direta com os sufrágios para o Catete de 1945, mostra a incorporação de novos eleitores, uma vez que somente Eurico Gaspar Dutra recebeu 3.251.507 votos.

Durante a Primeira República alguns fatores colaboravam para o reduzido número de eleitores. A alta taxa de analfabetismo impedia o acesso de grande parte da população, o censo de 1890 apontava 17% de alfabetizados. O nível de instrução aumentou ao longo da Primeira República, mas não alterou os dados. Rio de Janeiro é um caso emblemático, em 1906 a taxa de alfabetização entre os homens era de 60%, mas somente 16% dos homens alistáveis retiraram o título de eleitor. Outros fatores podem ser considerados como o alistamento voluntário e a necessidade de documentos a partir de 1916, onde todos os eleitores tiveram que se realistar<sup>7</sup>.

Em 1932 o novo código eleitoral foi promulgado com mudanças que visavam à ampliação do eleitorado, como a criação da Justiça Eleitoral, voto secreto e obrigatório para alguns seguimentos sociais, além da extensão do direito as mulheres. Na eleição para a Assembleia Constituinte, primeira dentro das novas regras, entretanto, não houve o aumento esperado. A eleição seguinte, 1934, contou com mais uma mudança, à redução da idade mínima de 21 para 18 anos, e conseguiu um aumento considerável dos eleitores, porém esta foi à única eleição durante a vigência da Carte Magna de 1934, e apesar da ampliação do eleitorado o país viveu o mais longo período sem eleições entre 1937 e 1945<sup>8</sup>.

Outras mudanças são cruciais nesse contexto pós-45, como a exclusividade dos partidos políticos perante a apresentação de candidaturas. A ampliação do eleitorado incluía

---

<sup>5</sup> NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 59.

<sup>6</sup> Em 1930 existia a possibilidade de candidaturas avulsas e não havia cédula oficial. Além dos dois candidatos centrais, outras 11 pessoas receberam mais de um voto como Minervino de Oliveira (151 votos), Luiz Carlos Prestes (48 votos), João Pessoa (18) e Borges de Medeiros (8 votos). BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Boletim Eleitoral**. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 23. Disponível em: <<https://goo.gl/j6bF7X>>. Acesso em: 28 do set. 2016.

<sup>7</sup> NICOLAU, Jairo. op. cit., p. 60.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 76.

novos atores sociais e a exclusividade partidária aumentou a força dos partidos como instituições basilares da democracia representativa. Assim, no contexto de abertura a campanha eleitoral ganha destaque pela necessidade de convencimento de um amplo eleitorado. É nesse emaranhado de mudanças que ocorre a eleição de 1950, que escolheu presidente, governadores, senadores e deputados federais.

Com o aumento do eleitorado, democratizando o acesso às urnas, as legendas que dialogavam com os anseios dos novos eleitores, como redução do custo de vida e aumento do salário mínimo, alcançaram melhores resultados. Essa é a principal hipótese desse trabalho, e será pensada no sufrágio para presidente em 1950. Para tanto, será analisado o processo de organização da campanha do candidato petebista, a forma e o conteúdo dos discursos, temas centrais que se repetem e aqueles que estão ausentes. Assim como, a repercussão da campanha nacional nas páginas da *Tribuna da Imprensa*.

Esse período da história do Brasil também ficou conhecido como a República Populista (1945 – 1964). Apesar de já superado, durante certo período da produção historiográfica brasileira, populismo era relacionado diretamente com a manipulação dos trabalhadores pelos partidos. Não há diálogo com essas interpretações, pois elas simplificam as complexas relações entre trabalhadores e políticos. A perspectiva aqui pensada vai ao encontro da defendida pelo historiador Adriano Luiz Duarte em seu estudo sobre o bairro da Mooca em São Paulo no mesmo período, onde o voto é como um sistema de barganha que era convertido em melhorias reais:

O eleitor se comporta como uma espécie de jurado em um concurso, onde irá decidir quem é digno de determinado cargo, cargo que só produzirá benefícios para quem vai exercê-lo, mas não para quem decidiu quem irá ocupá-lo. O voto é percebido como um presente. E como todo presente não é dado a qualquer um, mas somente a quem o mereça; de modo que o ato de “dar o voto” impõe a necessidade de uma retribuição e estabelece uma reciprocidade. Votar é uma via de mão dupla, uma troca, em que o eleitor dá o que tem: o voto, e o candidato retribui com aquilo que o eleitor necessita e pede: o favor<sup>9</sup>.

Esse favor não deve ser pensado somente na questão individual, um emprego, uma indicação, mas também em melhorias nas condições de vida da população, como a pavimentação de uma rua, a construção de um hospital, o aumento do salário mínimo. O conceito de populismo

---

<sup>9</sup> DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra:** redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. 2002. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/UNICAMP0157-T.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.p. 191.

perpassa todo o trabalho, mas não será discutido de forma aprofundada, pois há ampla bibliografia sobre o tema<sup>10</sup>, o que despenderia grande esforço de pesquisa, possivelmente se desdobrando em um novo trabalho. Dentro desse contexto, será pensado como a campanha de Getúlio Vargas para a presidência em 1950 lidou com essas questões: ampliação quantitativa do eleitorado, assim como a modificação da percepção dos trabalhadores frente ao campo político.

Mas o que justifica um historiador se dedicar a um evento tão efêmero como uma eleição? O modelo atual de democracia representativa vigente no Brasil, o início da necessidade de financiamento para a campanha<sup>11</sup>, a mobilização de um grande número de eleitores, começou a ser gestado nesse período, apesar da interrupção de mais de 20 anos devido à ditadura militar. Desta forma, analisar essas primeiras experiências democráticas pós Estado Novo pode colaborar na compreensão dos desafios atuais em um momento onde a democracia representativa está sendo questionada.

Com os objetivos traçados, algumas fontes foram selecionadas. Para análise do contexto foram utilizadas bibliografias sobre o período, intercalando produções mais atuais com clássicos. O estudo do período eleitoral de 1950 foi centrado em quatro conjuntos de fontes: os jornais do período que estão acervados na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública de Santa Catarina<sup>12</sup>, os discursos de Getúlio Vargas que foram organizados e publicados pela Editora José Olympio em 1951<sup>13</sup>, série de dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral e os arquivos pessoais privados que foram depositados no CPDOC/FGV a partir de 1973, principalmente o acervo Getúlio Vargas que possui uma série sobre a campanha eleitoral de 1950 com 431 documentos, dos mais diversos como roteiro de viagem, material publicitário, fotografias, relatórios, entre outros.

Os periódicos da época despontam como uma das principais fontes para apreender as possíveis mudanças que ocorreram na fisionomia política após o crescimento da força do

---

<sup>10</sup> Sobre o tema, ver: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001; PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 1999; WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3a ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

<sup>11</sup> Por financiamento de campanha compreende-se a necessidade de a própria candidatura controlar os orçamentos e buscar financiadores. Uma campanha planejada em nível nacional possui custos que devem ser honrados. Campanhas anteriores já possuíam viagens pelo Brasil, como é caso da Aliança Liberal em 1930, mas o que ocorria era uma relação entre “diretórios”, assim o candidato visitava os locais onde era convidado e, normalmente, os custos eram pagos pelos apoiadores daquela região. Em 1950 há uma centralidade das decisões de viagem e custos, que faz emergir a necessidade de financiadores que não necessariamente estão participando do pleito.

<sup>12</sup> A pesquisa nos periódicos da Biblioteca Nacional ocorreu através da Hemeroteca Digital, já na Biblioteca Pública de Santa Catarina a pesquisa ocorreu na própria sede.

<sup>13</sup> VARGAS, Getúlio. **A campanha presidencial**. São Paulo: Editora José Olympio, 1951.

proletariado. Os jornais eram, por excelência, o espaço do debate político, muitos partidos tinham seus próprios veículos de comunicação, outros agiam mais discretamente sem deixar de fazer uso. Nesse sentido há um diálogo com Maria Helena Rolim Capelato e Ligia Prado quando definem a imprensa como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social<sup>14</sup>”, pois eram utilizados pelos políticos objetivando influenciar a opinião pública em benefício de seus próprios interesses.

Dessa maneira, a escolha das publicações tem por objetivo o alcance temporal e espacial. Temporal no sentido de percorrer o período eleitoral, onde os debates políticos assumem a centralidade das notícias. Da mesma forma, a lógica do sentido espacial está em perfazer a disputa política ao longo do roteiro da campanha de Getúlio Vargas. A investigação da *Tribuna da Imprensa*, em especial, estará pautada no roteiro de pesquisa proposto por Tânia Regina de Luca<sup>15</sup>, que tem por objetivo identificar os jornais dentro da própria história da imprensa e de sua materialidade. Interpelar seu processo de produção, a escolha do papel, a diagramação, editoração, quem escreve, quem anuncia, quem financia, pois nada é natural. Essas interrogações são o sustentáculo que possibilita a compreensão do que está por trás das escolhas do jornal e, conseqüentemente, dos partidos políticos que estavam disputando a hegemonia perante os eleitores.

Assim sendo, o texto está organizado em dois capítulos. O primeiro é dedicado a analisar o contexto que antecede a eleição de 1950, sendo dividido em quatro subcapítulos: a) A eleição de 1945 – foco sobre a abertura democrática e a influência de Getúlio Vargas no processo eleitoral; b) O governo Dutra – análise sobre as políticas de Dutra frente aos trabalhadores; c) As fórmulas de 1950 – balanço sobre o longo caminho da sucessão, mostrando as diferentes possibilidades que existiam no período; e d) Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas – destaca como foi organizada a parte burocrática da campanha. O segundo capítulo examina o período eleitoral e está decomposto em três subcapítulos: a) A caravana eleitoral pelo Brasil – apresenta o roteiro de campanha; b) Os discursos de Vargas – pondera sobre os usos frequentes nas falas do candidato, buscando entender o que perpassa a campanha como um todo; c) A imprensa opositora na campanha eleitoral – trata da forma como a campanha eleitoral de Getúlio Vargas repercutiu na *Tribuna da Imprensa*.

---

<sup>14</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O estado de São Paulo. São Paulo: Alpha-Omega, 1980. p. 19.

<sup>15</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.111-153.

## CAPÍTULO I – DURANTE O RETIRO EM SÃO BORJA

Após 15 anos de governo ininterruptos, Getúlio Vargas teve 48 horas para deixar o Palácio do Catete em 29 de outubro de 1945. Rumou para São Borja, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, para um exílio político dentro do seu próprio país. Pelo menos, assim esperavam seus opositores. Mas, o pretense exílio durou pouco e já na campanha eleitoral para escolher seu sucessor, Getúlio Vargas apoiou Eurico Gaspar Dutra<sup>16</sup> que logrou a presidência.

### → A eleição de 1945

A eleição foi realizada em 2 de dezembro de 1945, o debate ganhou força com a deposição de Getúlio Vargas, mas o ano como um todo foi pautado pelo sufrágio para o Catete. O primeiro passo importante dado em direção ao fim da ditadura foi a Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945<sup>17</sup> que alterava vários artigos da Constituição de 1937, inclusive aqueles que tratavam da eleição. O processo de abertura continuou com a Anistia Geral concedida aos presos políticos em abril e, no mês seguinte, quando um Decreto-Lei<sup>18</sup>, conhecido como Lei Agamenon<sup>19</sup>, regulamentou o processo eleitoral que ocorreu em

---

<sup>16</sup> Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá no dia 18 de maio de 1883. Em março de 1902, deixou Cuiabá para se engajar na Escola Preparatória e de Tática do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Rio Pardo. Transferida a escola para Porto Alegre em 1903, aí concluiu os estudos no ano seguinte. Foi contemporâneo de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que viria a ser seu colega da alta cúpula militar entre 1935 e 1945. Em 1907, ambos participaram, com o então estudante de direito Getúlio Vargas (também ex-aluno da Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, da qual se desligara em 1902), da formação do Bloco Acadêmico Castilhistas. Desliga-se da carreira militar em 1908, ao apoiar a Revolta da Vacina, mas volta ao Exército após sua anistia. Chega a general em 1932 e chefia um destacamento que combate a Revolução Constitucionalista de São Paulo. No ano seguinte comanda a repressão à Intentona Comunista. Em 1934 é nomeado ministro da Guerra e, em 1937, garante o apoio das Forças Armadas ao golpe de Getúlio Vargas que instaura o Estado Novo. Participou da deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945 e foi eleito presidente do Brasil em dezembro do mesmo ano. MALIN, Mauro. Eurico Gaspar Dutra. ABREU, Alzira Alves de [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/iivhgV>>. Acesso em: 13 de set. 2016.

<sup>17</sup> BRASIL. Emenda Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Altera a Constituição Federal de 1937. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/rb2BLJ>>. Acesso em: 12 set. 2016.

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. **Coleção de Leis do Brasil**. Disponível em: <<https://goo.gl/CRm8Ni>>. Acesso em: 12 set. 2016.



dezembro com quatro candidatos: Eduardo Gomes pela UDN, Eurico Gaspar Dutra pelo PSD, Iedo Fiúza pelo PCB que vivia um pequeno intervalo de legalidade que durou até 1947 e Mário Rolim Teles pelo Partido Agrário Nacional<sup>20</sup>.

A candidatura de Eduardo Gomes<sup>21</sup> pela UDN foi lançada no final do mês de abril e representava uma ampla frente de oposição ao Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas. Maria V. de Mesquita Benevides divide em cinco diferentes grupos que inicialmente formaram a UDN:

- a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 30; b) os antigos aliados de Getúlio Vargas, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) as esquerdas<sup>22</sup>.

O partido, nesse momento inicial, era heterogêneo e amplo convivendo com figuras de posicionamentos distintos. Essa particularidade durou pouco tempo e nos primeiros meses já se observa o afastamento de integrantes que destoavam das características que marcaram a UDN como um partido de classe média, ligado a um projeto liberal e que defendia,

---

<sup>19</sup> Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu em Vila Bela, atual Serra Talhada (PE), no dia 5 de novembro de 1893, filho de Sérgio Nunes Magalhães e de Antônia de Godói Magalhães. Seu pai foi juiz de direito e deputado federal por Pernambuco em 1914 e 1915, eleito com o apoio de Hermes da Fonseca e José Gomes Pinheiro Machado, em oposição a Emídio Dantas Barreto. Seu irmão Sérgio Nunes de Magalhães foi deputado federal pelo PSD no Distrito Federal e depois pelo estado da Guanabara entre 1955 e 1964, quando teve seu mandato cassado devido à vitória do movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart. Em 1945, Agamenon era Ministro da Justiça e foi o maior responsável pela elaboração do decreto-lei 7.586 de 28 de maio de 1945. PANTOJA, Sílvia. Agamenon Magalhães. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/8Edec9>>. Acesso em: 09 de set. 2016.

<sup>20</sup> A candidatura do PAN alcançou inexpressivos 10.001 votos, sendo 5.389 no Distrito Federal. Entretanto Rolim venceu no Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima) com 237 votos, contra 71 concedidos para Eurico Gaspar Dutra, 124 para Eduardo Gomes e 72 para Iedo Fiúza. Rolim Teles era o fundador do partido e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira. Não elegeu um único representante para a Câmara Federal em 1945. Sua existência foi curta, já nas eleições de 1947 se fundiu com o Partido Popular Sindicalista e o Partido Republicano Progressista para formar o Partido Social Progressista. Os jornais da época praticamente não citavam o candidato, e seu nome só foi encontrado nas bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral, por isso ele não será analisado dentro do contexto de campanha. BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. 1950, p. 11.

<sup>21</sup> Eduardo Gomes nasceu em Petrópolis (RJ), em 1896. Militar, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1916. Participou, em 1922, do levante do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas contra o governo federal, que marcou a década de 20 no Brasil. Foi ferido e preso, enquanto alguns de seus companheiros tombaram mortos na praia de Copacabana. Trabalhou na criação do Correio Aéreo Militar. Em novembro de 1935, como comandante da 1º Regimento de Aviação, deu combate ao levante deflagrado contra o governo federal por setores da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1937, pediu exoneração do comando desse regimento por se opor à decretação do Estado Novo. Foi candidato à presidência pela UDN em 1945 e 1950, em ambas saiu derrotado. Foi Ministro da Aeronáutica durante o governo de Café Filho (1954-1955) e no governo Castelo Branco (janeiro de 1965 a março de 1967). Em 1964 esteve entre os articuladores do golpe militar que depôs o presidente João Goulart. DIAS, Sônia. Eduardo Gomes. Idem. Disponível em: <<https://goo.gl/hKELtS>>. Acesso em: 13 de set. 2016.

<sup>22</sup> BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **A UND e os udenismos: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 - 1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 29.

resumidamente, o crescimento da indústria brasileira através de empréstimo e a abertura para a entrada de empresas multinacionais<sup>23</sup>.

O candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra teve a candidatura lançada em julho de 1945. O PSD, ao contrário da UDN, surge como um partido ligado ao Estado Novo. As principais lideranças da legenda estavam atreladas às interventorias<sup>24</sup>: Nereu Ramos<sup>25</sup> interventor em Santa Catarina, Rui Carneiro na Paraíba, Agamenon Magalhães em Pernambuco, Ernâni do Amaral Peixoto<sup>26</sup> no Rio de Janeiro, sendo genro de Getúlio Vargas, que foi presidente da primeira comissão diretora do partido. Essa proximidade com as estruturas do Estado Novo permitiu uma rápida organização em nível municipal, estadual e federal. A eleição de 1945 exemplificou essa força. O PSD foi o grande vencedor<sup>27</sup>, com ampla maioria de representantes para a Assembleia Constituinte, elegendo 151 deputados em

---

<sup>23</sup> Em agosto de 1945 o ex-presidente Arthur Bernardes deixa a UDN e ressuscita o Partido Republicano. Adhemar de Barros sai em setembro e funda o Partido Republicano Progressista, futuro Partido Social Progressista. Ao longo de 1946 ocorreram outras dissidências, como a saída de integrantes da Esquerda Democrática para fundar o Partido Socialista Brasileiro. BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. 1981, p. 48 – 49.

<sup>24</sup> HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 27.

<sup>25</sup> Nereu de Oliveira Ramos nasceu em Lajes (SC) no ano de 1888. Em 1905, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1909 retornou a Lajes. Em 1911, já em Florianópolis, elegeu-se deputado estadual, no ano seguinte renunciou ao mandato parlamentar para assumir as funções de secretário da delegação brasileira nas conferências internacionais de Direito Marítimo e Letras de Câmbio. Em 1919, exerceu pela última vez um mandato de deputado estadual, permanecendo na oposição ao governo catarinense chefiado, entre 1918 e 1924, por Hercílio Luz. Foi líder da campanha liberal em Santa Catarina, em 1930. Nereu também esteve presente na “caravana democrática” que promoveu comícios no Nordeste com a participação de João Neves da Fontoura, Maurício de Lacerda, Adolfo Bergamini e outros destacados oposicionistas. Foi eleito deputado federal em 1930, mas com a Revolução e o fechamento do congresso extinguiu-se seu primeiro mandato. Apoiou a Revolução Constitucionalista e com a derrota do movimento foi posto sob vigilância e proibido, durante algum tempo, de deixar Florianópolis. Candidato a constituinte, Nereu obteve a maior votação em seu estado, conquistando uma das vitórias mais significativas da oposição em todo o país. Em 1935 o elegeram governador do estado, dando início a um período de dez anos em que esteve à frente do governo de Santa Catarina. Nereu foi convertido em interventor quinze dias após a implantação do Estado Novo. Foi o condutor do processo de formação do PSD em Santa Catarina durante a redemocratização, sendo eleito senador e deputado em 1945. Em setembro de 1946 foi eleito pelos constituintes, vice-presidente da República e no ano seguinte assumiu a presidência do PSD. Em 1951, Nereu foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e em 1955 foi escolhido para ser o vice-presidente do Senado. Em junho de 1958, em pleno exercício do mandato, faleceu em desastre aéreo ocorrido em Curitiba, junto com o governador catarinense Jorge Lacerda e o deputado federal por Santa Catarina Leoberto Leal, do PSD. MALIN, Mauro. Nereu Ramos. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/fpK14w>>. Acesso em: 20 de set. 2016.

<sup>26</sup> Ernâni do Amaral Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1905. Ingressou em 1923 na Escola Naval e formou-se engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1927. Teve contato com o movimento tenentista e participou da Revolução de 1930. Em 1931, vinculou-se ao Clube 3 de Outubro, que congregava as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. Em 1933 foi nomeado ajudante de ordens do Presidente. Casou-se com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas em 1939, antes, porém, foi nomeado interventor no Rio de Janeiro em novembro de 1937. Na redemocratização participou da fundação do PSD e foi eleito deputado constituinte e também presidente da seção fluminense de 1951 até 1965. Entre 1951 e 1954 voltou ao cargo de governador do Rio de Janeiro, através das eleições. Atuou durante toda a campanha eleitoral de 1950. MOREIRA, Regina da Luz; SOUSA; Luís Otávio de. Ernâni do Amaral Peixoto. Idem. Disponível em: <<https://goo.gl/6C1vIL>>. Acesso em: 19 de set. 2016.

<sup>27</sup> HIPOLITO, Lucia. PSD. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/vHIKAI>>. Acesso em: 13 de set. 2016.

286 e 26 senadores em 42.

O registro eleitoral do PCB só foi homologado em outubro de 1945. Iedo Fiúza<sup>28</sup> não era dos quadros do PCB e tinha um longo vínculo com Getúlio Vargas. Após a Revolução de 1930, com a ascensão de Vargas à chefia do Governo Provisório, foi nomeado prefeito de Petrópolis (RJ). Em 1934 assumiu a diretoria geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), passando a acumular os dois cargos. Com a promulgação da Constituição de 1934, realizaram-se, no ano seguinte eleições municipais no Rio de Janeiro, e Iedo Fiúza retornou a prefeitura de Petrópolis, agora eleito. Em 1937, abandona o cargo de prefeito, optando pela permanência na diretoria do DNER, a qual ocupou durante os oito anos de vigência do Estado Novo. Sua candidatura surgia como uma opção aos candidatos militares, e tinha entre os trabalhadores seu principal público-alvo.

Até setembro, porém, uma parcela considerável da população almejava outro candidato. Isso porque o prazo para desincompatibilização pelo código eleitoral era 02 de setembro, ou seja, 90 dias antes da eleição. Getúlio, entretanto, não se licenciou do Catete. Afirmava que pretendia somente cumprir os trâmites legais para a abertura do regime, mas isso não ocorreu. Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército em 29 de outubro e se retirou para São Borja. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu a presidência com a tarefa de transferir o cargo ao candidato eleito em dezembro de 1945.

O movimento popular a favor da permanência de Vargas possuiu vários momentos e ficou conhecido como Queremismo, o nome tem origem no slogan “Nós Queremos Vargas”. As primeiras movimentações ocorreram entre março e maio no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e em São Paulo, isso após Vargas afirmar que não concorreria a eleição de dezembro. Contava com apoio de membros do Ministério do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho e José Segadas Viana. Entre julho e agosto começou a ocorrer em outras cidades, e grandes comícios foram promovidos. Se no primeiro momento a reivindicação era Vargas como candidato, após o prazo de desincompatibilização o movimento se organizou em torno da demanda de Constituinte com Vargas. Os objetivos foram derrotados e a mobilização se recolhe, mas não se extingue e estará presente durante a mobilização para a campanha de

---

<sup>28</sup> Iedo Fiúza nasceu em Porto Alegre no ano de 1894. Diplomado pela Faculdade de Engenharia de Porto Alegre. Foi na capital gaúcha que estabeleceu seus primeiros contatos pessoais com Getúlio Vargas. Estabelecendo-se no Rio de Janeiro em 1924, passou a trabalhar em uma firma norte-americana de engenharia, na qual permaneceu até 1930. Foi candidato a presidência em 1945, após as eleições, foi nomeado para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, no Rio de Janeiro. Em 1947, candidatou-se novamente à prefeitura de Petrópolis pelo Partido Socialista Brasileiro, mas não conseguiu eleger-se. Com a volta de Getúlio à presidência em janeiro de 1951, foi designado para o Departamento de Águas. Com o suicídio de Vargas em agosto de 1954, foi colocado à disposição do DNER. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/Tjkcvy>>. Acesso em: 13 de set. 2016.

1950.

Dentro desse cenário, a candidatura udenista crescia. Contava com o apoio dos grandes meios de comunicação, pois além dos jornalistas terem sido as principais vítimas da política de censura empregada pelo DIP a partir de 1937<sup>29</sup>, os jornais possuíam partidos políticos (ou o contrário) e defendiam seus próprios candidatos. Um mês antes da eleição, a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes já era dada como certa, a Campanha do Lenço Branco<sup>30</sup> era um sucesso e o principal opositor não empolgava. Eurico Gaspar Dutra era o antípoda do candidato da UDN. Eduardo Gomes era herói da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, alto e bem-apegoado<sup>31</sup>, tudo que Dutra não era. Ademais, o candidato pessedista carregava o estigma de ter colaborado ao longo do governo Vargas, em especial durante o Estado Novo, e depois ter o traído quando participou de sua deposição em 29 de outubro de 1945, ou seja, era malquisto pelos apoiadores e opositores do varguismo.

Dois acontecimentos, notadamente, influenciaram os resultados eleitorais. Em 19 de novembro, ou seja, duas semanas antes do pleito, o Brigadeiro Eduardo Gomes fez um discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro afirmando: “Não necessito dos votos dessa malta de desocupados que apoia o ditador para eleger-me Presidente da República”. Atualmente o dicionário Michaelis define Malta como:

1. Grupo de pessoas de baixa estirpe. 2 Gente vagabunda, desconhecida e de má índole; súcia. 3 Bando de malfeitores; corja. 4 Reunião de pessoas com mesmos interesses; bando. 5 *Rancho de trabalhadores que se transportam de um lugar para outro à procura de trabalho agrícola*. 6 Forma de vida voltada para a malandragem<sup>32</sup>.

Foi a partir de uma definição muito próxima a cinco que surgiu o slogan “Eduardo Gomes é bonito e é solteiro, mas não quer voto de marmiteiro”. O bordão partia de outra frase da campanha que dizia “Vote no Brigadeiro. Além de bonito, é solteiro”. O mote do marmiteiro foi lançado pelos apoiadores do Dutra, produzindo contrapropaganda<sup>33</sup> através do jingle

---

<sup>29</sup> A oposição da imprensa estava dissolvida em todo o Brasil, mas havia uma concentração nas grandes cidades, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>30</sup> O lenço branco era o símbolo da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes que ocorreu entre abril e dezembro de 1945. Sobre a "campanha do lenço branco", ver BENEVIDES, Maria V. de Mesquita, 1981, p. 41 - 47.

<sup>31</sup> A imagem de “bom partido” foi utilizada durante a campanha do Brigadeiro.

<sup>32</sup> MICHAELIS: dicionário escolar da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008. (grifo meu).

<sup>33</sup> Entendida como a propaganda que visa a anular ou contrabalançar os efeitos persuasivos de uma determinada campanha de propaganda política, a contrapropaganda atua para mostrar a contradição das ideias do adversário com a realidade dos fatos ou, indiretamente, para ‘desmoralizar as ideias (...) pela crítica à personalidade ou ao comportamento daqueles que as sustentam. PINHO, J. B. **Comunicação em marketing: princípios da comunicação mercadológica**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2002, 150.

## *Marmiteiros:*

Marmiteiro, marmiteiro,  
Todo mundo grita  
Porque lá na minha casa  
Só se papa de marmita  
Vamos entrar pro cordão dos marmiteiros  
E quem não tiver pandeiro  
Na marmita vai tocar  
E quem não tocar  
Quá, quá, quá  
Nós vamos cantar, nós vamos cantar<sup>34</sup>.

A temática do marmiteiro foi rapidamente vinculada à figura de Eduardo Gomes, isso porque a falta de familiaridade com as camadas populares já era algo notório. Não havia base popular na candidatura da UDN. Exemplo desta situação foi o comício realizado em junho no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Hermes Lima, integrante da ED<sup>35</sup> afirmou que:

ao entrar no estádio fiquei aterrado. Repletas as sociais de um público seletto, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente confrangedor, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta, até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso<sup>36</sup>.

A questão central é que nenhuma das candidaturas militares tinha apelo nas classes populares. Possivelmente, essas legendas não dialogavam com uma das principais mudanças que ocorreram ao longo dos 15 anos de governo Vargas, a percepção que o campo político pode ser um caminho para os trabalhadores conquistarem direitos sociais. Nesse momento eles passam a disputar espaço político e a ser disputados pelos profissionais do campo. Dessa maneira, há uma mudança no campo político brasileiro com a inclusão de uma nova força, que não compreende o completo funcionamento, mas que pretende agir por meio do campo.

Nesse sentido, o campo político deve ser percebido dentro de suas próprias regras de funcionamento, como "um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande

---

<sup>34</sup> MANHANELLI, Carlos Augusto Bonacorso. **Os Jingles eleitorais nas campanhas presidenciais no Brasil**. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009, p. 84.

<sup>35</sup> A Esquerda Democrática era formada por um grupo de estudantes, intelectuais, e políticos de tendências predominantemente socialistas, ou seja, era uma fração da esquerda brasileira que não estava vinculada ao Partido Comunista, e que nesse momento apoia a candidatura de Eduardo Gomes.

<sup>36</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 158.

mundo social", conforme sugeriu Pierre Bourdieu<sup>37</sup>. O campo político, porém, difere de outros campos como o artístico e o científico, pois não pode se fechar dentro de suas próprias fronteiras. A principal força dos políticos é a capacidade de mobilização dos votos daqueles que oficialmente não pertencem aos limites do campo:

O campo político é, pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político<sup>38</sup>.

Profanos, para Bourdieu, são aqueles que não acessam as regras internas de um campo específico. Entretanto, certos campos como o político e o religioso possuem especificidades que impedem a exclusão completa dos leigos, assim apesar de não dominar as regras internas do campo político os profanos possuem um poder de influência e troca. A barganha dos trabalhadores com os políticos e a elite não era uma novidade. A troca de favores e o apadrinhamento foram características do Império e da Primeira República, mas não se restringiu ao Brasil. O que se observa aqui, porém, vai além de uma mera permuta e sim uma nova concepção do espaço político. O apoio dos trabalhadores passou a ser convertido em força política.

Se ambas as candidaturas não contavam com o apoio popular, o mesmo acontecia com os partidos. Com exceção do PCB, nesse momento as legendas não possuíam força de mobilização perante o eleitorado. Havia dois motivos para essa situação, a princípio as organizações partidárias eram muito recentes, isto posto deve ser considerada outra característica do período, uma política personalista, ou seja, a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo. O que movia o eleitorado eram os candidatos, não os projetos ou partidos, e que apesar de muitas vezes a própria pessoa encarnar o projeto, ou o próprio projeto do partido ser personalista, isso dificultava o vínculo eleitor/partido, e fortalecia a relação eleitor/candidato. Esse aspecto é evidenciado no resultado das eleições de 1945. O PSD foi o grande vitorioso<sup>39</sup>, elegeu o

---

<sup>37</sup> BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, p.193-216, jan. - jul. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/IWhFZa>>. Acesso em: 24 ago. 2016, p. 195.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989, p. 185.

<sup>39</sup> Entre os deputados federais o PSD elegeu 151 representantes com um total de 2.531.944 votos, em comparação, a segunda maior bancada era da UDN com 77 deputados. No Senado foram eleitos 26, sendo que no total foram empossados 42 senadores, sendo 2 por cada estado, assim os demais partidos ficaram com 16

Presidente da República e ampla maioria entre deputados e senadores, um dos fatores decisivos para essa ampla votação é que seus quadros ocupavam lugares de destaque dentro do Estado Novo, isto é, os eleitores se identificavam com os candidatos.

A política personalista também chancelou a eleição presidencial. Como já dito anteriormente, até novembro de 1945 a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes era um fato. A mudança começou ocorrer após a campanha dos marmiteiros, que mobilizou certas camadas da população. O epílogo, porém, ocorreu uma semana antes do pleito. Getúlio Vargas declarou apoio a Dutra, "Ele disse: Vote em Dutra!":

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. [...]. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do P.S.D., em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios<sup>40</sup>.

A semana que antecedeu o pleito foi marcada pela intensa distribuição desse panfleto. Para além do apelo personalista que a figura de Getúlio Vargas possuía, havia também uma vinculação da eleição de Dutra com a manutenção dos direitos sociais. O resultado foi a vitória do candidato pessedista com ampla maioria, 3.251.507 em torno de 55% vencendo em 22 das 28 unidades da federação, contra 34% do candidato udenista e 10% de Iedo Fiúza<sup>41</sup>.

Neste mesmo pleito, sem sair de São Borja para fazer campanha, Getúlio Vargas foi eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro em seis estados – Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal – além do Rio Grande do Sul pelo PSD. Elegeu-se, também, pelo PSD gaúcho como senador e pelo PTB paulista. Ao final, representou o Rio Grande do Sul no Senado Federal<sup>42</sup>.

---

cadeiras, sendo que a segunda maior bancada era da UDN com 10 senadores. BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral, 1950, p. 15.

<sup>40</sup> CARONE, Edgard. **A quarta República: (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 5.

<sup>41</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral, 1950, p. 11.

<sup>42</sup> NETO, Lira. **Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 55.

## → O governo Dutra

Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1946 e seu governo ficou célebre pela repressão e o alinhamento com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A forma como as demandas dos trabalhadores eram tratadas, aproximou Dutra das políticas da Primeira República onde a repressão era a principal resposta para as exigências frente aos direitos que já haviam sido conquistados ao longo do governo Vargas e inseridos na Constituição de 1946.

Neste contexto, o que se manteve foi o direito ao voto que ainda possibilitava alguma margem de manobra para os trabalhadores. Deve-se destacar, porém, que mesmo o voto esteve sob forte ameaça, principalmente após a cassação do PCB em 1947 e a exclusão dos mandatos dos comunistas em 1948. Esse episódio tem relação com a Guerra Fria. Assim como os EUA, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a URSS em 1947<sup>43</sup>, porém a perseguição aos sindicatos e trabalhadores engajados ocorreu desde o início do governo Dutra.

O alinhamento com os EUA, todavia, não pode ser considerado como o único motivador para a perseguição aos comunistas no Brasil. O anticomunismo já era um fator constitutivo de setores da sociedade brasileira. Coeficiente importante nesta operação foi a eleição de 1945. O PCB se apresentou como a quarta força política no Brasil, principalmente nas grandes capitais. Ademais, havia a real possibilidade de ampliação dessa influência sobre o eleitorado. A legenda comunista conquistou uma cadeira no Senado e 14 na Câmara de Deputados<sup>44</sup>, além de uma votação expressiva para a presidência da República.

A força do PCB também ficou tangível nas eleições de janeiro de 1947, onde foram eleitos governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores de algumas cidades. No

---

<sup>43</sup> A cassação do PCB ocorreu antes do rompimento das relações Brasil-URSS. O registro do PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 07 de maio de 1947, enquanto as relações foram rompidas somente em outubro de 1947.

<sup>44</sup> Senador: Distrito Federal - Luiz Carlos Prestes (157.397). Deputados Federais: Pernambuco – Gregório Lourenço Bezerra (14.341), Luiz Carlos Prestes (9.270) e Agostinho Dias de Oliveira (5.160); Bahia – Carlos Marighela (5.188); Rio de Janeiro – Claudino José da Silva (11.291) e Alcides Rodrigues Sabença (6.403); Distrito Federal – Luiz Carlos Prestes (27.664), João Amazonas de Souza Pedroso (18.379) e Maurício Grabois (15.243); São Paulo – José Maria Crispim (36.657), Osvaldo Pacheco da Silva (18.420), Jorge Amado (15.315) e Mário Scott (13.570); Rio Grande do Sul – Luiz Carlos Prestes (11.849). Totalizando os votos, o PCB somou 511.302 votos, sendo que o partido subsequente alcançou 94.447. Esta configuração que permite a mesma pessoa se candidatar por vários estados, diferentes cargos e partidos, era permitida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Após a eleição o candidato deveria optar qual cargo assumiria, e um suplente do seu partido ocuparia os postos vagos. BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral, 1950, p. 15 – 54.



Distrito Federal o PCB elegeu 18 vereadores, constituindo a maior bancada seguido pelo PTB e a UDN, ambos com 9 representantes<sup>45</sup>. É dentro desse contexto de crescimento do Partido que o processo de cassação ocorreu. Assim, não é possível justificar apenas pelo alinhamento com o EUA, destacando que essa opção extrema nunca foi tomada em território estadunidense, pois o Partido Comunista Americano esteve sempre sob a égide da legalidade. À vista disso, há um interesse político genuinamente brasileiro na cassação do registro partidário.

Dentro do movimento operário, no entanto, a repressão foi institucionalizada antes mesmo da cassação do PCB. Em março de 1946, ou seja, com menos de dois meses de governo e antecipando a inclusão da greve como um direito constitucional<sup>46</sup>, foi promulgado o Decreto-Lei 9.070 que regulamentava as paralizações, burocratizando os protestos e vetando o direito a greve para atividades consideradas fundamentais:

Art. 3º São consideradas fundamentais, para os fins desta lei, as atividades profissionais desempenhadas nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga; nos estabelecimentos de venda de utilidade ou gêneros essenciais à vida das populações; nos matadouros; na lavoura e na pecuária; nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais e serviços funerários; nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional.

§ 1º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante portaria, poderá incluir outras atividades entre as fundamentais.

Art. 10. A cessação do trabalho, em desatenção aos processos e prazos conciliatórios ou decisórios previstos nesta lei, por parte de empregados em atividades acessórias, e, *em qualquer caso, a cessação do trabalho por parte de empregados em atividades fundamentais, considerar-se-á, falta grave para os fins devidos, e autorizará a rescisão do contrato de trabalho*<sup>47</sup>.

A lista de atividades consideradas fundamentais cerceava o direito a greve para a ampla maioria das categorias. Ademais, novas atividades poderiam ser acrescentadas ao bel prazer do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

A repressão aos trabalhadores continuou com a deportação de ativistas operários de origem estrangeira. As comemorações do Dia do Trabalhador foram proibidas e em maio de 1947, mesmo mês do fechamento do PCB, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil foi suspensa com base no Decreto-Lei de julho de 1946 que proibia atividades político-partidárias

---

<sup>45</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. 1950, p. 115.

<sup>46</sup> A Constituição de 1946 foi promulgada em 18 de setembro de 1946.

<sup>47</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/1NnnFm>>. Acesso em: 19 set. 2016 (grifo meu).

pelas organizações sindicais<sup>48</sup>. Coadunado com fechamento da CTB ocorreu uma nova onda de intervenções nos sindicatos, pois o decreto<sup>49</sup> de suspensão determinava que os sindicatos que tinham se filiado ou contribuído com a Confederação teriam suas diretorias e conselhos fiscais substituídos por Juntas Governativas nomeadas pelo Ministro do Trabalho Indústria e Comércio.

A política repressiva do governo Dutra deve ser analisada dentro de um contexto econômico de arrocho salarial. A legislação<sup>50</sup> determinava revisões trienais do salário mínimo, assim entre 1946 e 1950 ocorreriam dois reajustes sendo um no ano da posse do presidente e outro em 1949. A determinação foi descumprida e durante o governo Dutra os salários não foram revisados. O crescimento da inflação corroía o poder de compra dos trabalhadores, e em 1950 o salário mínimo estava reduzido à metade do seu valor original em relação a seu último reajuste, ocorrido em 1943<sup>51</sup>.

A relação conturbada e repressiva entre Dutra e os trabalhadores se prolongou por todo seu mandato. Em outros setores, porém o governo foi bastante fleumático. A tranquila governabilidade permeou sua gestão. O apoio eleitoral do PTB não se converteu em espaço político, um único ministro saiu dos quadros petebistas, Negrão de Lima na pasta Trabalho, Indústria e Comércio entre março e outubro de 1946. O que se percebe é que já nos primeiros meses Eurico Gaspar Dutra foi se aproximando da UDN, conquistando ampla maioria para poder governar com tranquilidade.

Essa aproximação com setores mais conservadores resultará no rompimento do PTB com o governo e uma cisão dentro do próprio PSD. O partido passa a se dividir em uma ala pró-Getúlio, que tem como principais representantes Nereu Ramos, João Neves da Fontoura<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 9.502, de 23 de julho de 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes a organização sindical, e dispõe sobre os mandatos sindicais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/ybPxL9>>. Acesso em: 19 set. 2016.

<sup>49</sup> BRASIL. Decreto nº 23.046, de 07 de maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/nk0RCt>>. Acesso em: 19 set. 2016.

<sup>50</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 2.162, de 01 de maio de 1940. Institui o salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/zO8e5i>>. Acesso em: 19 set. 2016.

<sup>51</sup> MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização, Brasil 1945-1950**. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 116.

<sup>52</sup> João Neves da Fontoura nasceu em Cachoeira do Sul (RS) em 1889. Em 1905 ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, participando da chamada “geração 1907”, junto com Getúlio Vargas, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho, entre outros, que ganhariam projeção nacional com as revoluções de 1923 e 1930. Em dezembro de 1909, João Neves da Fontoura colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Em 1921 foi eleito para a Assembleia dos Representantes. Em 1925 foi eleito intendente de Cachoeira do Sul. E chega a vice-presidência do Rio Grande do Sul, ao lado de Getúlio em 1927, no ano seguinte, é eleito deputado federal. Na Capital da República foi o principal interlocutor de Getúlio Vargas para as eleições e a Revolução de 1930. Apesar de ser o vice-presidente do estado, Vargas nomeia Oswaldo Aranha como interventor rio-grandense e coloca Neves da Fontoura como consultor jurídico do Banco do Brasil, isso o afasta do governo.

e Ernâni do Amaral Peixoto, e outra anti-Getúlio que terá na figura de Eurico Gaspar Dutra seu principal mentor. Essa divisão marcou as negociações para a disputa sucessória que começou a agitar a política nacional em meados 1948.

### → As fórmulas para 1950

A aproximação entre PSD e UDN desde o início do governo Dutra se converteu no Acordo Interpartidário assinado em janeiro de 1948. O objetivo central do acordo, que contava ainda com o PR, era formalizar o amparo que a UDN estava prestando aos pessedistas. Juntos os partidos contavam com ampla maioria, 36 dos 42 senadores e 235 dos 286 deputados federais. Com a aproximação, quadros pessedistas mais próximos a Getúlio Vargas foram substituídos por membros da UDN, por exemplo, João Neves da Fontoura que ficou a frente do Ministério das Relações Exteriores somente entre fevereiro e julho de 1946, foi substituído por Raul Fernandes, um dos fundadores da União Democrática Nacional.

O acordo, entretanto, possuía objetivos maiores. A escolha de um nome para a sucessão presidencial, que apoiado pelos três partidos, ascendesse ao Catete sem maiores dificuldades. Durante o ano de 1948 um plantel foi formado para indicar nomes que tivessem os atributos necessários para a chapa composta pelos três partidos. Diversos nomes foram cogitados pelos presidentes das legendas, porém não houve entendimento.

Para Nereu Ramos, presidente do PSD e vice-presidente da república, sua candidatura era natural e contava com o apoio de certos setores do partido. Da mesma forma, porém, pensava o udenista Otávio Mangabeira, governador da Bahia. Ambas os candidatos colocavam o pacto entre os partidos em risco, pois não haveria consenso entre nomes centrais de ambas as legendas. Diversos outros nomes foram cogitados como: Afonso Pena Junior, Cirilo Junior (PSD), Oswaldo Aranha (UDN), Milton Campos (UDN), entre outros, mesmo assim não chegaram ao entendimento.

---

Adere a Revolução Constitucionalista e devido à derrota, vive um exílio de dois anos na Argentina. Eleito deputado federal em 1935 passa a compor a minoria oposicionista. Em 1936 foi nomeado para a Academia Brasileira de Letras e se reaproxima de Getúlio Vargas a ponto apoiar o golpe que instituiu o Estado Novo. Durante a ditadura varguista foi representante brasileiro em diversas ocasiões, sendo Ministro das Relações Exteriores em dois períodos, durante o Governo Dutra e no segundo Governo Vargas. Na redemocratização se filiou ao PSD. Esteve à frente da campanha eleitoral que elegeu Vargas em 1950. MOREIRA, Regina da Luz. João Neves da Fontoura. ABREU, Alzira Alves de [et al.] 2001, Disponível em: <<https://goo.gl/A2TL6J>>. Acesso em: 19 de set. 2016.

Os partidos adentraram 1949 sem acordo. José Eduardo Prado Kelly, presidente da UDN, afirmou que eles só negociariam com uma candidatura extrapartidária<sup>53</sup>. Essa movimentação frente à sucessão presidencial tinha por objetivo, também, atravancar uma possível candidatura de Vargas, que começava a angariar apoio em diversas camadas da sociedade. Um aspirante com amplo apoio das duas maiores legendas do período seria um obstáculo real para as possíveis pretensões do PTB.

O governador do Rio Grande do Sul, Valter Jobim, apresentou para Dutra uma proposta que ficou conhecida como Fórmula Jobim. A moção previa que o nome do candidato deveria sair de uma consulta com os presidentes de todos os partidos, incluindo Getúlio Vargas do PTB e Adhemar de Barros do PSP. Nereu Ramos e Arthur Bernardes, presidente do PR, assumiram a responsabilidade de consultar os demais partidos. Mas, as negociações não avançaram, pois novamente Nereu Ramos se colocava como a candidatura central, mas seu nome não contava com o apoio dos demais partidos do acordo (PR e UDN) nem com o do presidente Eurico Gaspar Dutra.

A Fórmula Jobim fracassou e foi substituída pela Fórmula Mineira defendida por Benedito Valadares (PSD/MG), que se tornou a última tentativa de consolidar uma candidatura de união nacional. O diretório pessedista mineiro era deveras forte, lançando nomes importantes para a política nacional. A Fórmula Mineira era muito próxima a Jobim, com um detalhe: o candidato deveria sair dos quadros do PSD mineiro. Essa exigência afastou definitivamente a UDN que começou a articular a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, homologada na convenção do partido em maio de 1950.

O fracasso das fórmulas não abriu espaço para Nereu Ramos, que viu Cristiano Machado<sup>54</sup>, deputado federal por Minas Gerais, ter seu nome homologado na convenção

---

<sup>53</sup> A UDN nas eleições de 1945, 1950 e 1955 optou por candidatos extrapartidários, todos militares. É necessário pensar por qual motivo um partido político optou sucessivamente por candidatos que não tinham origem nos seus quadros. Em 1960 quando apoia um político, Jânio Quadros, o faz em detrimento de uma candidatura própria.

<sup>54</sup> Cristiano Monteiro Machado nasceu em Sabará (MG) em 1893. Formou-se em farmácia no ano de 1910 pela Escola de Ouro Preto e em 1918, bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Retornando a Belo Horizonte, dividiu de 1919 a 1922 um escritório de advocacia com Francisco Campos, futuro ministro da Justiça do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e principal redator da Constituição de 1937. Em 1924, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em 1930, conseguiu uma cadeira na Câmara dos Deputados na legenda do Partido Republicano Mineiro. Entretanto, renunciou ao mandato em setembro do mesmo ano para ocupar a Secretaria do Interior do governo estadual de Olegário Maciel (setembro de 1930 a setembro de 1933). Sua participação na Revolução de 1930 é controversa. Foi constituinte em 1934 e apresentou diversas emendas ao anteprojeto governamental de Constituição e, em abril de 1934, lançou o nome do general Góis Monteiro à presidência da República. Em 14 de outubro do mesmo ano, foi eleito deputado federal pelo PRM. Em 1936 renunciou a seu mandato legislativo para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Cristiano Machado deixou a secretaria do governo mineiro apenas em novembro de 1945, em decorrência da deposição de Getúlio Vargas e do término do governo Valadares. Ainda em 1945,

nacional em julho de 1950. Getúlio Vargas confirmou sua candidatura somente após a reprovação da união nacional em torno de um nome. Na carta-manifesto de 07 de junho de 1950 endereçada ao senador petebista Salgado Filho, Vargas condicionou sua candidatura a uma nova consulta ao PSD e UDN:

Desejaria que antes de qualquer resolução definitiva, V. Exa. tomasse a seu cargo a patriótica tarefa de consultar às Direções supremas do PSD e da UDN sobre a possibilidade de um reexame da situação. Não obstante já estarem lançadas duas candidaturas de dois nomes ilustres, dignos em todos os sentidos [...]. E desta vez o faço solenemente, perante a nação, num apelo no sentido de pormos de lado compromisso, injunções, interesses partidários, veemências e anseios de luta, para alcançarmos em comum acordo, entre os expoentes do sentimento nacional, uma solução digna de nós e digna de nosso povo<sup>55</sup>.

O apoio público as fórmulas de união nacional, entretanto, deve ser relativizado. Getúlio Vargas vinha desde 1949 articulando sua própria candidatura. Recebeu líderes políticos em São Borja e flertou tanto com o PTB como com o PSD. No segundo semestre, passou a buscar apoio em outros partidos e em dezembro fechou os termos do acordo que foi assinado na Estância Santos Reis em São Borja/RS no dia 19 de março de 1950, que previa a aliança entre Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, na ocasião representado por Erlindo Salzano<sup>56</sup>. Mesmo com a articulação dos bastidores, o discurso de Vargas referente ao possível candidato de unificação teve o efeito de abnegação, ou seja, o candidato petebista não desejava o poder.

O longo caminho da sucessão presidencial enfraqueceu o PSD. Devido às disputas internas, nomes de destaque foram menosprezados e um componente sem expressão nacional foi lançado para a corrida presidencial. Para a UDN, não ocorreram muitas mudanças, pois desde o início haviam alas do partido que apoiavam uma nova campanha em torno de Eduardo Gomes. O PTB, contudo, saiu fortalecido da disputa. Sem se envolver diretamente com o processo, terminou como um partido sem cobiça. Na narrativa construída, e que será mais bem analisada, Getúlio Vargas surge como candidato porque o povo clamava por seu retorno, além do que as demais legendas falharam na escolha de um nome que unificasse as forças políticas do Brasil.

---

filiou-se ao PSD, em cuja legenda foi eleito deputado à Constituinte de 1946. Foi candidato à presidência em 1950 pelo PSD. FARIA, Helena. Cristiano Machado. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001, Disponível em: <<https://goo.gl/e8RnuG>>. Acesso em: 21 de set. 2016.

<sup>55</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 14.

<sup>56</sup> Do mesmo modo que Adhemar de Barros, Getúlio Vargas não assinou o acordo. No seu caso quem o representou foi Danton Coelho. Arquivo CPDOC: GV c 1950.03.19.

→ Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas

A candidatura de Getúlio Vargas foi lançada por Adhemar de Barros em 15 de junho de 1950, na cidade de São Paulo em um comício na Colina do Ipiranga. Entre julho e o início de agosto ocorreram os preparativos para a campanha, que transcorreu entre 9 desse mês até o final de setembro. Nesse período foram pronunciados 79 discursos em 77 cidades espalhadas por todo o país. Mas, para que a campanha ocorresse houve uma logística prévia que visava organizar esse período intenso de viagens.

A comitiva era formada por dois aviões, onde viajavam em torno de 27 pessoas, podendo variar a quantidade de ocupantes durante os trajetos. O avião, que nos documentos<sup>57</sup> é denominado como primeiro, levava o então senador e candidato à presidência Getúlio Vargas, acompanhado de Samuel Wainer, jornalista dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e um dos únicos profissionais da imprensa presente; deputado pelo PSD o gaúcho João Batista Luzardo<sup>58</sup>; e, entre outros, Gregório Fortunato<sup>59</sup>, chefe da guarda pessoal

---

<sup>57</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 42 – 50.

<sup>58</sup> João Batista Luzardo nasceu em Uruguaiana (RS), em 1892. Formou-se na Faculdade de Medicina em 1918 e bacharelou-se em 1918 pela Faculdade Livre de Direito, ambas no Rio de Janeiro. Participou da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. Em 1924 foi eleito deputado federal e reeleito pela Aliança Libertadora em maio de 1927. Apesar de ser oposição a Vargas, Luzardo foi um dos principais articuladores da eleição e Revolução de 1930. No mesmo ano, assumiu a chefia de polícia do Distrito Federal. Participou da Revolução Constitucionalista e foi exilado. Com a anistia decretada por Vargas em janeiro de 1934, Luzardo voltou ao Brasil e foi eleito para a Câmara dos Deputados, recebendo a expressiva votação de 80 mil votos. Apoiou a instauração do Estado Novo e em dezembro de 1937 foi designado embaixador no Uruguai. Em 1945 foi indicado para ser embaixador na Argentina. Luzardo foi um elemento importante para a organização do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul em 1945. Juntamente com João Neves da Fontoura procurou influenciar Vargas para que apoiasse a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República nas eleições marcadas para dezembro. Participou ativamente da campanha eleitoral de 1950. LEMOS, Renato. João Batista Luzardo. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001, Disponível em: <<https://goo.gl/KrS8Mw>>. Acesso em: 21 de set. 2016.

<sup>59</sup> Gregório Fortunato nasceu em São Borja em 1900. Negro, de origem humilde e sem instrução, trabalhou durante muito tempo como peão nas fazendas de gado da região. Aproximou-se da família Vargas em 1932, quando se destacou no combate à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em maio de 1938, após o fracassado golpe integralista contra Getúlio, Benjamim Vargas tomou a iniciativa de organizar uma guarda pessoal para proteger seu irmão. Preocupado em garantir a máxima fidelidade a Getúlio, foram recrutados em São Borja, praticamente todos os 20 primeiros membros da guarda, inclusive Gregório Fortunato. A guarda pessoal foi desativada depois da deposição de Getúlio pelo golpe militar de 29 de outubro de 1945. No dia 31 seguinte, o ex-presidente partiu para São Borja, acompanhado do capitão Serafim Vargas, seu sobrinho, de Ernesto Dornelles, seu primo, e de Gregório Fortunato. Nos anos seguintes, Gregório trabalhou como funcionário da polícia gaúcha em Torres e outras cidades do estado, voltando a se aproximar de Vargas durante a campanha eleitoral de 1950. Gregório Fortunato foi um dos alvos mais visados pelos ataques da oposição durante o segundo governo Vargas. O destaque, porém, foi seu envolvimento no Atentado da Rua Toneleros, onde Carlos Lacerda foi levemente ferido e que resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz. Julgado em outubro de 1956, Gregório foi condenado a 25 anos de reclusão. Sua pena foi comutada para 20 anos pelo presidente Juscelino Kubitschek e, depois, para 15 anos pelo presidente João Goulart. Em setembro de 1962, o conselho penitenciário recusou o pedido de liberdade condicional de Gregório que, em 23 de outubro seguinte,

de Vargas.

A organização da comitiva e o roteiro da viagem eram responsabilidades do Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas, que ficava no terceiro andar do número 277 da Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro. Nesse mesmo endereço, Edifício São Borja, funcionava, durante o Estado Novo, uma parte do Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>60</sup>. O Comitê era formado por quatro pessoas, sendo um presidente e três vice-presidentes, cada um responsável por um departamento<sup>61</sup>. As funções do Comitê eram as seguintes:

1. organizar a campanha eleitoral com elementos que forem postos à sua disposição;
2. preparar o programa de viagem do candidato à Presidência da República, com dia, hora e local dos comícios nos lugares previamente designados;
3. elaborar, com os técnicos à sua disposição, os projetos de discursos, que devem ser apresentados ao candidato, para seu exame e modificações necessárias;
4. os dias, horas e locais dos comícios devem ser avisados com 4 ou 5 dias de antecedência, para a necessária preparação;
5. sem o plano de viagem previamente organizado e os discursos prontos não pode partir para uma viagem aventureira ou de improvisações, feitas em paradas pelo caminho, cheias de imprevistos, sem organização e sem plano e, portanto, destinadas ao fracasso;
6. ou se faz isso ou é melhor desistir<sup>62</sup>.

O principal articulador da campanha foi João Neves da Fontoura, cujo objetivo era organizar a comitiva e os discursos, debatendo ou delegando a elaboração das falas para autoridades locais<sup>63</sup>. Defendia a necessidade de um centro irradiador da campanha e como presidente ficou responsável pelo Departamento Nacional de Coordenação Política, que organizava “as diretrizes políticas da campanha, consoante o pensamento do candidato, tendo em vista a perfeita articulação das composições nos setores estaduais<sup>64</sup>”. Entretanto, antes do início oficial da campanha, João Neves da Fontoura foi substituído por João Batista Luzardo também do PSD, devido a complicações de saúde<sup>65</sup>.

---

foi assassinado na penitenciária Lemos de Brito, no Rio, pelo detento Feliciano Damas Emiliano. LAMARÃO, Sérgio. Gregório Fortunato. Idem. Disponível em: <<https://goo.gl/COflBx>>. Acesso em: 21 de set. 2016.

<sup>60</sup> REGAL, Débora Kfuri. **Getúlio Vargas volta ao Catete**: A estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2007, p. 59.

<sup>61</sup> Em alguns documentos João Neves da Fontoura afirma ser vice-presidente do comitê, sendo que o presidente seria Getúlio Vargas, porém era somente um cargo de honra. Aqui é utilizado como referência a hierarquia detalhada na organização do Comitê.

<sup>62</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 1.

<sup>63</sup> Carta de João Neves a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1950.06.27, p. 3.

<sup>64</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 1.

<sup>65</sup> Carta de João Neves a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1950.08.05/2.

Mesmo com o afastamento, foi João Neves da Fontoura quem planejou a estrutura do Comitê Eleitoral. Em carta datada de 27 de junho de 1950 afirmava que Getúlio poderia contar com ele “para participar da direção da campanha<sup>66</sup>”. E, deve-se considerar que, apesar de a candidatura ser oficializada somente em meados de junho, as negociações, como dito anteriormente, ocorriam desde o final do ano anterior.

O Comitê possuía, além da sede nacional no Rio de Janeiro, sedes estaduais nas capitais dos estados e territórios, e comitês municipais, e havia, ainda, a possibilidade de constituição dos comitês distritais. Os comitês estaduais replicavam a constituição do nacional, quatro membros divididos em departamentos. A estrutura, em suas várias instâncias, foi organizada de forma hierárquica<sup>67</sup>, ou seja, os comitês estaduais se reportavam ao nacional, estes (estaduais) eram responsáveis por repassar a informação no nível municipal, e cada município devia ser o centro para os possíveis comitês distritais que existiam na cidade.

Essa hierarquia foi importante quando observada a necessidade de uma campanha centralizada, que evitasse apropriações indevidas ou inapropriadas da figura de Getúlio Vargas. Ademais, a criação de comitês em diversos locais e com níveis hierárquicos desvinculou a campanha do PTB, ou seja, a campanha para a presidência não ocorreu nos diretórios do partido. As próprias diretrizes afirmavam que o Comitê devia ser formado por membros de cada corrente política que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas<sup>68</sup>. Por sinal, o termo candidatura apartidária foi evocado diversas vezes nos discursos ao longo da campanha e será aprofundado a frente.

Essa questão gerou disputas nas recepções do candidato. Em Penedo, Alagoas, o comício ocorreu em 29 de agosto. Dois dias antes, o periódico local, *Jornal de Penedo*, em coluna intitulada *Dois programas para uma visita única*, afirmava que duas organizações políticas disputavam a “preferência de receber o senador gaúcho”, o Comitê Estadual Pró Getúlio Vargas e o PTB. Alegava haver diferenças na escolha dos oradores, e que apesar da disputa ser “um tanto lisonjeira” demonstrava, também, a contenda “entre os partidários do ex-ditador” e que somente o próprio candidato poderia dizer com quem ele estava em Alagoas<sup>69</sup>.

A uniformização da campanha também era o objetivo do Departamento Nacional de Propaganda, comandado por Epitácio Pessoa, filho de João Pessoa que foi candidato à vice-

---

<sup>66</sup> Carta de João Neves a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1950.06.27, p. 1.

<sup>67</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 3.

<sup>68</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 1.

<sup>69</sup> **Jornal de Penedo**, Penedo, 27 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/RBOCpZ>>. Acesso em: 25 de jun. 2016.



presidente na chapa oposicionista da Aliança Liberal, quando Vargas fora candidato à presidência em 1930. O objetivo principal era “estudar, uniformizar e orientar os serviços de propaganda em geral”, além de instruir “os Comitês Estaduais, no sentido de subordinarem as campanhas locais aos interesses nacionais<sup>70</sup>”.

Não há muitas informações sobre a atuação do Eptácio Pessoa à frente do Departamento Nacional de Propaganda, há, porém, um documento intitulado *Ajuda material e financeira para o Queremismo*, onde se lê, sob o título “Centro Nacional Queremista” e cuja maioria das folhas possui como timbre o nome Napoleão de Alencastro Guimarães<sup>71</sup>, político petebista e militar gaúcho<sup>72</sup>. Apesar de não aparecer no documento que organiza o Comitê, Napoleão trabalhou com Eptácio Pessoa e ambos estavam intimamente ligados ao Movimento Queremista. Desde o ano de 1949 ocorreu um estímulo no movimento. Débora Kfuri Regal, em sua dissertação, denomina esse momento como Segundo Queremismo<sup>73</sup>. Esta interpretação diverge de algumas definições sobre o tema. O verbete disponível na página da FGV/CPDOC define o queremismo da seguinte forma:

Movimento popular surgido em maio de 1945 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo de lutar pela permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Seu nome originou-se do slogan “Nós queremos Getúlio”. Com a destituição de Vargas através do golpe de Estado de 29 de outubro de 1945, o “queremismo” desapareceu<sup>74</sup>.

---

<sup>70</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 2.

<sup>71</sup> Napoleão de Alencastro Guimarães nasceu em São Sebastião do Caí (RS) em 1899. Após cursar o Colégio Militar de Porto Alegre, sentou praça em 1918, ingressando em seguida no curso de infantaria da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, pela qual foi declarado aspirante-a-oficial em 1921. Cursou a Universidade Técnica de Porto Alegre e se diplomou engenheiro geógrafo. Participou diretamente da eleição e Revolução de 1930. Deposto Washington Luís, foi designado chefe do gabinete do diretor dos Telégrafos. Em 1931 foi fundado o Clube 3 de Outubro, Alencastro Guimarães tornou-se um dos primeiros membros da organização e, em outubro do mesmo ano, foi promovido a capitão. Em junho de 1933, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), do qual foi o primeiro presidente e organizador. Lutou na Revolução de 1932 e na Revolta Comunista de 1935. Promovido a major em maio de 1939, foi nomeado no ano seguinte chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima. No exercício desse cargo viajou por diversas vezes aos Estados Unidos a fim de adquirir material ferroviário, rodoviário e navios-tanques. Nomeado em 1942 diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Viajou para os Estados Unidos e participou diretamente das negociações para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Retornando ao Brasil ainda em 1943, foi designado membro da Câmara de Intercâmbio de Comércio, Crédito, Câmbio e Propaganda do Conselho Federal de Comércio Exterior, função que acumulou com a diretoria da Central do Brasil. Em 1947 foi eleito para Câmara de Vereadores do Distrito Federal pelo PTB. Atuou na campanha eleitoral de 1950 e foi eleito para o Senado. Foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo de Café Filho. MOREIRA, Regina da Luz. Napoleão de Alencastro Guimarães. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001, Disponível em: <<https://goo.gl/KrS8Mw>>. Acesso em: 21 de set. 2016.

<sup>72</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950, contendo dados sobre material de eleição e notas referentes aos gastos com campanha. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/52, p.1.

<sup>73</sup> REGAL, Débora Kfuri. 2007, p. 48.

<sup>74</sup> CALICCHIO, Vera. Queremismo. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <http://goo.gl/SjBgRa>. Acesso em: 29 de mai. 2016.

O historiador Jorge Ferreira dedica o primeiro capítulo de seu livro *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 – 1964* ao *queremismo*. Apesar de circunscrever o movimento ao ano de 1945, ele destaca as mudanças nos objetivos ao longo desse período. Se no início os trabalhadores queriam Getúlio Vargas como presidente, no final visavam a Assembleia Constituinte, ou seja, outra forma de preservar as leis sociais e trabalhistas, ao fim afirma que o *queremismo*:

foi uma experiência política de aprendizado dos trabalhadores. Na década de 1930, eles aprenderam a exercer a cidadania social, aprenderam que tinham direito a ter direitos. Ao longo de 1945, na luta para garantir leis sociais, eles aprenderam a lidar com a cidadania política. Perceberam a importância política para garantir as leis trabalhistas<sup>75</sup>.

O movimento, porém, continuou e esta experiência política, ao longo do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, se tornou mais institucionalizada, sem perder totalmente a espontaneidade que havia em 1945. Em comemoração ao Dia do Trabalho de 1948, Getúlio Vargas recebeu um álbum com fotos da confraternização, acompanhado do seguinte bilhete:

Neste 1º de Maio, como nos que hão de vir, seus amigos *queremistas* estarão fiéis a Vossa Excelência e aos patrióticos princípios que se consubstanciam na renovação social, e informam a filosofia política adotada por nosso eminente chefe. Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os nossos protestos do mais profundo respeito<sup>76</sup>.

A carta em papel timbrado apontava “Movimento Nacional *Queremista*” seguido das palavras “Trabalho – Moralidade – Justiça Social”. A sede ficava no décimo sexto andar da Rua Álvaro Alvim, 21, Rio de Janeiro. O documento era acompanhado de cinco rubricas da Comissão Organizadora. Esse modelo de associação, ao longo da campanha, apoiou o Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas, como se vê no relatório elaborado por Napoleão de Alencastro Guimarães e que possui, na primeira página, o visto de Otoni Monteiro Píffero, que também é o primeiro a assinar a carta que acompanhava o álbum de 1º maio de 1948.

O relatório apresenta outras informações além da relação entre o *queremismo* e o Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas, como gastos detalhados com impressão de cartazes e cédulas eleitorais. Partindo dessa informação, o relatório sobre o material de eleição aponta a:

---

<sup>75</sup> FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.87.

<sup>76</sup> Carta da Comissão Organizadora do Movimento Nacional *Queremista* a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1948.05.01.

Publicação do Manifesto em 5 jornais de grande circulação; 4 camionetes aparelhadas, com alto falantes; 5 milhões de cartilhas do Queremismo; 1 milhão de fotografias do Getúlio; 100.000 exemplares do Manifesto; 100.000 efigies do Getúlio<sup>77</sup>.

Havia um investimento sistematizado em propaganda, o que pode demonstrar a complexidade dessa campanha, considerando os padrões da época. A página seguinte possui um resumo das despesas que somam um montante de Cr\$2.744.400,00. Apesar das informações, a análise é parcial, pois não foram encontrados dados comparativos de outras eleições do período, no entanto pode-se utilizar como parâmetro o salário mínimo em vigência na época. O salário mínimo do trabalhador urbano no Rio de Janeiro, determinado em lei, era Cr\$380,00<sup>78</sup>. O total das despesas equivalia a sete mil salários mínimos, e, com atualização monetária, estaria em torno de R\$3.820.000,00<sup>79</sup>. Este montante parece irrisório, quando considerado os padrões de investimento em publicidade atuais, no entanto deve-se considerar que o desenvolvimento sistemático de campanhas políticas através do marketing eleitoral estava no início<sup>80</sup>.

O relatório aponta diversos modelos de cartazes impressos, como o *Ele Voltará* (Figura 1), imagens de Getúlio Vargas com candidatos a vereador e envelopes para título de eleitor, destacando que a tipografia contratada “no período de 1 de agosto a 2 de outubro, trabalhou exclusivamente para a campanha eleitoral<sup>81</sup>” em dois turnos diários. Além disso, o Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas fez uso dos meios de comunicação de massa, jornal e rádio, assim como o cinema com a produção de dois filmes<sup>82</sup> realizados como peças de propaganda para a campanha eleitoral: “*Uma vida a serviço do Brasil e E ele voltou*,

---

<sup>77</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950, contendo dados sobre material de eleição e notas referentes aos gastos com campanha. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/52, p.1.

<sup>78</sup> Nesse período o salário mínimo possuía variações por estado. Em Minas Gerais, por exemplo, o valor era Cr\$270,00, conforme o Tribunal Regional do Trabalho e determinado pelo Decreto-Lei 5670, de 15/07/1943. Disponível em: <<http://goo.gl/vcnnuK>>. Acesso em: 29 de mai. 2016.

<sup>79</sup> A atualização monetária pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, no site da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://goo.gl/ru8eiD>>. Acesso em: 29 de mai. 2016.

<sup>80</sup> O marketing político é um conjunto de técnicas e procedimentos que tem como objetivos adequar um (a) candidato (a) ao seu eleitorado potencial, procurando fazê-lo, num primeiro momento, conhecido do maior número de eleitores possível, em seguida, mostrando-o diferente de seus adversários, obviamente melhor do que eles. Existe uma diferença entre o marketing político e eleitoral. O marketing político é algo mais permanente, é quando o político no poder se preocupa em sintonizar sua administração com os anseios dos cidadãos. Isso acontece através da realização de pesquisas regulares, boa assessoria de comunicação, correção de possíveis falhas, publicidade dirigida etc. Já o marketing eleitoral aparece na hora do “vamos ver”, quando todos os (as) candidatos (as) saem à procura de um mandato. FIGUEIREDO, Rubens. *O que é marketing político*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 12.

<sup>81</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950, contendo dados sobre material de eleição e notas referentes aos gastos com campanha. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/52, p.10.

<sup>82</sup> Não foi possível ter acesso ao material. Para saber mais sobre essas produções, ver: KORNIS, Monica Almeida. *Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950*. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 34, 2004p. 72.

produções de A. Botelho e de Aristeu Santana, respectivamente”, sendo, possivelmente, o primeiro registro da utilização de meios audiovisuais em processos eleitorais.

Figura 1 – Ele Voltará.



FONTE: <http://goo.gl/nOjTll> (1950)

Mesmo que alguns teóricos defendam que somente a campanha presidencial de 1955 tenha efetivamente utilizado marketing político, pode-se observar um esforço de sistematização do discurso e uma reverberação da imagem de Getúlio ao longo desses dois meses que antecedem a eleição. E se marketing político for definido como

Um conjunto de técnicas e procedimentos, utilizados para equipar um candidato ao eleitor, tornando-o visível e conhecido à maior quantidade possível de eleitores, para então poder enfatizar suas diferenças em relação aos seus concorrentes políticos, se mostrando uma opção mais vantajosa como representante da população<sup>83</sup>.

Não restarão dúvidas que o Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas utilizou ferramentas de marketing para alcançar o objetivo central, a eleição de seu candidato.

Os dois últimos departamentos têm funções bem específicas. O Departamento Nacional de Organização e Fiscalização do Pleito era coordenado por Mozart Brasileiro Pereira do Lago, bacharel em Direito, e que, nessa mesma eleição, foi eleito senador pelo

<sup>83</sup> FIGUEIREDO, Rubens. 1994, p. 10.

Distrito Federal na legenda do PSP, junto com o Napoleão de Alencastro Guimarães pelo PTB. A função do departamento era “estudar os métodos mais aconselháveis e orientar os comitês estaduais no que tange à preparação e fiscalização do pleito<sup>84</sup>”. Nesse momento, era função do partido a impressão e distribuição das cédulas eleitorais, e era o departamento do Eptácio Pessoa responsável por essa demanda, a Organização e Fiscalização do Pleito deveria estabelecer depósitos em cidades estratégicas que facilitaríamos a comunicação com municípios próximos. Resumidamente Mozart Lago deveria pensar em estratégias para reduzir a chance de fraudes, nomear os fiscais, delegados e juizes eleitorais juntos ao Tribunal Regional Eleitoral, mas a sua principal atuação estava concentrada no dia 3 de outubro.

O quarto e último era responsabilidade do militar Dulcídio do Espirito Santo Cardoso. O Departamento Nacional de Finanças tinha por meta:

1. Angariar, pelos meios que julgar mais convenientes, fundos próprios necessários à campanha eleitoral, independentes dos recursos de cada corrente partidária;
2. Executar as distribuições de verbas destinadas aos Estados e determinadas pelo Comitê, objetivando suprir os encargos das diversas correntes nos setores regionais, quando for aconselhável essa providência;
3. Fiscalizar a aplicação geral das verbas destinadas aos Estados e aos serviços gerais do Comitê;
4. Receber as contribuições feitas para a campanha e efetuar os pagamentos.

Funcionando como setor financeiro, possuía ainda uma Tesouraria com os cargos de 1º e 2º tesoureiro. O notável é que, apesar de existir um setor específico para a arrecadação de fundos, o Centro Nacional Queremista tinha sua própria contabilidade. O mesmo relatório aponta doações de Cr\$1.003.200,00, entre cujos colaboradores estão o ex-presidente do Banco do Brasil, Cincinato Braga, que investiu Cr\$200.000,00, e o futuro presidente, Ricardo Jafet, maior contribuinte da campanha com Cr\$500,000,00. Os Cr\$303.200,00 restantes foram doados por outras nove pessoas<sup>85</sup>.

Analisando todos os departamentos, o que se sobressai é a ausência de um petebista de destaque. Napoleão de Alencastro Guimarães ocupa esse espaço, entretanto não compõe o núcleo duro do Comitê, trabalhando nos bastidores junto com Eptácio Pessoa. Esse

---

<sup>84</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p. 2.

<sup>85</sup> Os demais colaboradores são Silvério Ceglia, Henrique Tamm, Álvaro Sampaio, Francisco Teixeira Leite, Mario de Almeida, Assumpta Seabra, Abel Rezende Costa, Drault Hernany e Luiz Alves de Castro. Documentos sobre a campanha presidencial de 1950, contendo dados sobre material de eleição e notas referentes aos gastos com campanha. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/52, p. 3.

distanciamento do PTB será discutido adiante, todavia pode-se adiantar que a afirmação de Vargas como candidato apartidário não ocorre somente nos discursos, marca também a organização da campanha. Por último, observa-se que grande parte do investimento do Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas estava concentrado na excursão que o candidato faria pelo Brasil nos meses de agosto e setembro de 1950, pois “ou se faz isso ou é melhor desistir”. Como dito anteriormente, foi o Departamento Nacional de Coordenação Política que organizou o roteiro da viagem e os discursos.

## CAPÍTULO II – A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1950

→ A caravana eleitoral pelo Brasil.

A campanha foi lançada oficialmente por Adhemar de Barros, conforme afirmado anteriormente, em 15 de junho de 1950. No dia seguinte foi irradiado de São Borja para o Distrito Federal um discurso de Vargas preparado especialmente para a Convenção do PTB, uma longa fala que abordou temas gerais que foram tratados durante a campanha. Apresentou as principais proposta do plano de governo e que foi posteriormente adaptado para as singularidades regionais.

Colocou-se ao lado dos trabalhadores, e afirmou que seus “grandes preceitos constituem mesmo a política social da Igreja Católica, definidas nas célebres Encíclicas de alguns dos maiores Pontífices<sup>86</sup>”. Além disso, criticou o governo Dutra, principalmente no que diz respeito à impressão de papel-moeda e o aumento do custo de vida. Fez, antes, um histórico desde seu retiro em São Borja e sua atuação como senador, passando pela Fórmula Jobim, chegando ao momento em que se viu obrigado a aceitar “o vosso convite e a honrar a vossa escolha<sup>87</sup>”.

Esse é o primeiro momento em que Getúlio Vargas se coloca como candidato à presidência da República. Seu próximo discurso já ocorrerá na campanha eleitoral, em Porto Alegre, no dia 09 de agosto de 1950, data que marca o início da caravana pelo Brasil<sup>88</sup>. A parada depois de Porto Alegre foi a cidade de São Paulo, seguida de Santos. Sua passagem estava ligada a aliança com Adhemar de Barros, então governador do estado. Além de que, São Paulo já era na época o maior colégio eleitoral do país, contando com mais de dois milhões de eleitores.

Em 1950, o Brasil possuía 53.645.579 habitantes, sendo que desses 11.455.149 eram eleitores<sup>89</sup>. Apesar do Código Eleitoral, Lei 1.164 de 24 de julho de 1950<sup>90</sup>, afirmar que o

---

<sup>86</sup> VARGAS, Getúlio. 1951. p. 26.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>88</sup> O roteiro aqui apresentado está baseado na organização dos discursos apresentada na coletânea *A campanha presidencial* da Editora José Olympio.

<sup>89</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos:** eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950, v. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952, p. 7.

<sup>90</sup> BRASIL, LEI n. 1.164, de 24 de julho de 1950. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial União**. Disponível

“sufrágio é universal e direto; o voto, obrigatório e secreto”, ele determinava quem poderia se alistar. Estavam excluídos os analfabetos, os que não sabiam exprimir-se na língua nacional e os que estavam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos, além dos praças de pré, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Havia supressão de uma parcela considerável da população, pois o Censo Demográfico de 1950 apontava um índice de analfabetismo de 50,6% entre a população de 15 anos ou mais<sup>91</sup>. A instrução como pré-requisito para o eleitor só cairá na Constituição de 1988. Era uma forma institucionalizada de excluir a participação da população carente na frágil democracia brasileira. Sobressai que esse critério excludente foi instituído com o nascimento da República, na Constituição de 1891 perdurando por mais de um século.

A porcentagem de eleitores perante a população, porém, não parece ser um critério decisivo para o roteiro de viagem<sup>92</sup>, pois há uma variação constante no percentual de eleitores. O estado com menor índice é Pernambuco, onde 13,19% da sua população têm direito ao voto, o maior é Mato Grosso com 24,99%, ou seja, todos os demais 18 estados estão dentro dessa margem de aproximadamente 10%. Há uma variação maior quando considerado o Distrito Federal e os territórios (Acre, Amapá, Rio Branco<sup>93</sup> e Guaporé<sup>94</sup>). A Capital Federal possuía 2.413.152 habitantes, sendo 34,70% de eleitores, já entre os territórios somente o Acre fica fora da margem acima (entre 13,19% e 24,99%) com 116.124 habitantes e um índice de 10,58% de eleitores<sup>95</sup>.

Ademais, o número absoluto de eleitores não coincide com a quantidade daqueles que compareceram às urnas. Na eleição de 1950, em média 72,06% do eleitorado votou. Em geral, nos estados e territórios a variação ficou entre 60,50% no Maranhão e 76,60% na Paraíba. O único estado que destoa é Pernambuco com praticamente 90% do seu eleitorado comparecendo no dia 3 de outubro. Essas variações ocorriam, provavelmente, devido às categorias de alistamento não obrigatório, como os inválidos, os maiores de 70 anos, os que se encontravam fora do seu domicílio e as mulheres que não exerciam profissão lucrativa, além daqueles que simplesmente não iam votar. Referente às mulheres, houve um avanço na

---

em: <<https://goo.gl/OfRK95>>. Acesso 03 de jun. 2016.

<sup>91</sup> INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://goo.gl/p77Iny>> Acesso em: 03 de jun. 2016. p. 6.

<sup>92</sup> Em contrapartida o número absoluto de eleitores influenciou, pois os locais mais visitados são também os maiores colégios eleitorais.

<sup>93</sup> Atualmente Roraima.

<sup>94</sup> Atualmente Rondônia.

<sup>95</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. 1952, p. 7.



igualdade considerando a Constituição de 1934, onde era garantido o direito ao voto. Nesse primeiro momento só as mulheres que exerciam funções públicas eram obrigadas ao alistamento<sup>96</sup>, focando claramente nas mulheres que compunham a classe média da sociedade. No pós-1945 todas as mulheres que exercessem atividades lucrativas deveriam se alistar e eram passíveis de sanções caso não o fizessem.

Para João Neves da Fontoura os estados que pautariam o resultado da eleição seriam Rio Grande do Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro<sup>97</sup>, respectivamente o quarto e o primeiro colégio, além do estado sede da Capital Federal. Foram os estados com mais comícios, seguido de Minas Gerais que era o segundo maior colegiado com 1.936.691 eleitores<sup>98</sup>. Débora Kfuri Regal<sup>99</sup> destaca que na visão de Neves da Fontoura os demais estados teriam uma distribuição equilibrada de votos entre os três candidatos (Cristiano Machado – PSD, Eduardo Gomes – UDN e Getúlio Vargas – PTB), assim a campanha intensa e contínua no Rio Grande do Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro garantiriam a vitória.

Figura 2 – Getúlio Vargas em Carolina.



FONTE: <http://goo.gl/g86lMq> (1950)

<sup>96</sup> A Constituição de 1946 estabelece a obrigatoriedade do alistamento para ambos os sexos, é o Código Eleitoral de 1950 que torna facultativo para as donas de casa e mulheres que não recebessem remuneração por sua atividade. NICOLAU, Jairo. 2012, p. 94.

<sup>97</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1950.08.05/2.

<sup>98</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. 1952, p. 7.

<sup>99</sup> REGAL, Débora Kfuri. 2007, p. 55.

Foi seguindo essa estratégia que o próximo destino da comitiva foi o Distrito Federal, aonde Getúlio Vargas chegou em 12 de agosto e ficou por sete dias. Durante a primeira semana de campanha foram visitados os três estados que João Neves da Fontoura destacou como vitais. Não há como quantificar a influência dessa estratégia sobre a decisão do eleitorado, entretanto Getúlio Vargas somou 1.924.804 nestes estados mais o Distrito Federal, o que representou cerca de 50% dos votos. Os paulistas constituíram ¼ dos eleitores. Assim, mesmo sem quantificar a influência, a estratégia aparentemente se mostrou eficaz.

Após a estadia na Capital Federal, a caravana partiu para uma viagem através do norte e nordeste brasileiro, começando por Pirapora em Minas Gerais. No dia seguinte, 20 de agosto, visitaram quatro cidades em três estados distintos, Carolina no Maranhão (Figura 2), Marabá e Santarém no Pará, e Manaus capital do Amazonas. O *Jornal do Comércio* do dia 19 trazia um programa-convite da recepção:

Devidamente credenciados o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, o PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA e o PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO que apoiam no Amazonas, a candidatura do ínclito Dr. Getúlio Dorneles Vargas à presidência da República, convidam o povo em geral para a recepção e o comício-gigante em homenagem ao maior dos brasileiros vivos, obedecendo-se, durante todo o dia (Domingo, 20 do corrente), ao seguinte cronograma:

1. Das 6 horas da manhã em diante, de hora em hora, salvas de foguetões, em todas as sedes de núcleos e diretórios dos três partidos;
2. Durante todo o dia, os alto-falantes do PTB, do PSP e do PDC funcionarão ininterruptamente, falando oradores das três agremiações;
3. Faixas serão coladas nas ruas da cidade, em homenagem ao presidente Vargas, devendo os dirigentes de núcleos, diretórios trabalhistas, pessepistas e pedecistas, bem assim o povo em geral apresentar o maior número possível de legendas com dizeres alusivos ao solitário de São Borja;
4. Bandeiras do Brasil serão hasteadas por toda a cidade, fazendo-se aqui um apelo a todos nesse sentido, encarecendo-se também as distintas famílias residentes nas avenidas 7 de setembro e Eduardo Ribeiro que coloquem nas janelas de suas casas, colchas e toalhas;
5. Após a chegada do avião, às 16 horas, o presidente Getúlio Vargas, seguirá em carro aberto até a avenida 7 de setembro, seguindo cortejo de automóveis, passando depois pela avenida Eduardo Ribeiro até a praça Antônio Bittencourt, onde se realizará o comício dos três partidos em sua honra;
6. O povo deverá concentrar-se, formando alas, desde o Aeroporto até a praça Antônio Bittencourt;
7. Na praça Antônio Bittencourt, o comício será comandado pelo Sr. Walter Rayol e Júlio Arantas;
8. Usarão da palavra, na ocasião: pelo PTB, os Srs. Walter Rayol, Plínio Ramos Coelho, Áureo Mello e Cláudio Nobre; pelo PSP os Srs. Leopoldo Péres Sobrinho, Luiz Maia e Sócrates Bomfim, pelo PDC, os Srs. Jamací Bentes e André Vidal de Araújo;

9. Falarão em seguida, os membros da comitiva e a seguir o presidente Getúlio Dornelles Vargas, que encerrará o Comício;
10. O Comício será irradiado pelas Rádios Baré e difusora;
11. Os ônibus que forem postos a disposição do povo, pelos seus proprietários, deverão dirigir-se aos bairros, para trazer os seus moradores a cidade e ao local da concentração.

COM GETÚLIO DORNELES VARGAS, PELA FELICIDADE E GLÓRIA DO BRASIL<sup>100</sup>.

Essa extensa citação, se faz necessária devido ao seu conteúdo<sup>101</sup>. É um dos poucos programas completos disponíveis e oferece informações pertinentes. Em primeiro lugar a própria ideia de comício atual precisa ser relativizada quando observado o cronograma, pois um dia completo era dedicado a homenagear Getúlio Vargas, com programação iniciando às 06h00. Nesta situação, diferente do caso de Penedo em Alagoas, há um destaque para o partido e suas alianças em nível estadual, que aqui incluía o PDC. Presumivelmente, era a força política que determinava a distribuição dos oradores, considerando haver quatro do PTB, três do PSP e dois do PDC.

Neste caso ganha destaque as alianças nos níveis municipais, estaduais e nacionais, pois o PDC, que subiu ao palanque junto com a Aliança Populista Pró Getúlio Vargas, formava, em nível estadual, a Aliança Frente Libertadora junto com o PSD, que elegeu o governador Álvaro Maia. Todavia, ao que tudo indica ocorreu um acordo entre as forças da Aliança Populista Pró Getúlio Vargas e a Frente Libertadora, pois se o governador veio do PSD, não havia concorrentes do PTB e PSP. Da mesma forma, o PTB elegeu para o Senado Vivaldo Lima Filho, mas não havia candidatos do PDC e PSD<sup>102</sup>. A disputa, nos dois casos, foi contra a UDN.

A hipótese mais provável é que no Amazonas a eleição tenha sido *crístianizada*. A expressão *crístianizar* foi concebida no seio dessa eleição e significa lançar um candidato oficial e apoiar outro. Isso ocorreu dentro do PSD, que tinha como candidato oficial Cristiano Machado. Apesar disso, grande parcela do partido apoiou e fez alianças no âmbito estadual e local com o PTB, o que acabou por batizar a expressão com o nome do candidato. A *crístianização* tinha por objetivo manter as forças de domínio no âmbito estadual e municipal. Apoiar o candidato com maiores possibilidades de sair vitorioso era uma garantia da

---

<sup>100</sup> **Jornal do Comercio:** órgão dos Diários Associados. Manaus, 19 de ago. 1950, p. 6. Disponível em: <<http://goo.gl/MBmF3T>>. Acesso em: 25 de jun. 2016.

<sup>101</sup> Apesar de Samuel Wainer acompanhar todo o trajeto da comitiva, seu relato foi publicado no periódico *O Jornal* que não está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em suas memórias, *Minha Razão de Viver*, publicada em 1987 possui apenas um capítulo de sete páginas sobre a campanha de 1950.

<sup>102</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. 1952, p. 20 - 24.

manutenção do poder, principalmente no caso dos pessedistas que estavam enleados a Getúlio Vargas desde a década de 1930. É essencial frisar, novamente, que o PSD é o partido formado pelos interventores do ex-presidente.

Figura 3 – Getúlio Vargas em Manaus.



FONTE: <http://goo.gl/WqFm4L> (1950)

Sobre o comício em Manaus, ainda, o *Jornal do Comércio* do dia 22 de agosto descreve a passagem da comitiva pela capital, com a seguinte manchete: *Festivamente recebido em Manaus o Senador Getúlio Vargas*. Afirma que houve uma hora de atraso, Getúlio Vargas chegou às 17h00. Uma multidão o aguardava no aeroporto e “invadiu o campo, dirigindo em gritaria para apertar a mão do ilustre visitante e os guardas pessoais do ex-ditador tiveram aí um trabalho exaustivo, evitando que o povo esmagasse o Sr. Getúlio Vargas, na ânsia de vê-lo de perto<sup>103</sup>”. Esse apelo popular esteve presente em toda campanha, conforme se observa nas Figuras 2 e 3, e no relato publicado no *Jornal do Comércio*. Em geral, a população costumava comparecer as recepções, mesmo onde existia forte oposição, fosse dos partidos políticos ou da imprensa. Esse apelo popular que a figura de Getúlio possuía foi analisado por diversos historiadores, como Ângela de Castro Gomes que, em seu clássico *A invenção do trabalhismo*, ressalta que a construção dessa imagem é concomitante à existência do DIP e do Estado Novo:

A partir do Estado Novo que sua figura começou a ser projetada como a de

<sup>103</sup> **Jornal do Comercio:** órgão dos Diários Associados. Manaus, 22 de ago. 1950, p. 6. Disponível em: <<http://goo.gl/38wufX>>. Acesso em: 25 de jun. 2016.

um grande e indiscutível líder nacional. Em 1938 a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política de nosso país. Getúlio Vargas era seu personagem central, e desde este ano até 1944 o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as suas realizações<sup>104</sup>.

Na interpretação de Ângela de Castro Gomes essa construção pode ser datada, e o marco seria 1942 com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Claro, já havia uma preocupação com propaganda anterior a esta data, principalmente a partir da instauração do Estado Novo, mas 1942 é o momento em que fica evidente que o período ditatorial estava se esgotando e que a sociedade demandava por uma abertura democrática. É dentro desse contexto que a construção do mito Getúlio Vargas passa a ser reforçado através do tripé: Departamento de Imprensa e Propaganda, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e também Ministério da Educação e Saúde. Duas instituições intimamente ligadas com as políticas sociais do governo e uma terceira pensando na divulgação, pois não bastava fazer era necessário publicizar a realização.

Nesse projeto, a atuação de Alexandre Marcondes Machado Filho, a partir de dezembro de 1941 como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e acumulando em julho de 1942 a pasta da Justiça, teve destaque. Foi durante sua gestão que foi promulgado a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), e houve um forte investimento consciente na vinculação da imagem de Vargas a essas leis. Durante toda sua gestão, janeiro de 1942 e julho de 1945, Marcondes Filho fez palestras semanais dirigidas aos trabalhadores. Foram produzidos mais de 200 programas que tinham em média 10 minutos de duração e ia ao ar toda quinta-feira, durante a *Hora do Brasil*.

A proporção desse espaço de divulgação só pode ser compreendida quando analisado a força que o rádio possuía como veículo unificador da população, em um momento em que os trabalhadores estão sendo integrados ao sistema político como eleitores. Marcondes Filho falava aos trabalhadores brasileiros sobre diversas temáticas: imposto sindical, trabalho infantil, doenças profissionais, autonomia da Justiça do trabalho, entre outros. Todos os temas eram perpassados pela importância que a ação de Getúlio Vargas teria nessas políticas. A vinculação foi eficaz e pode ser observada durante toda a campanha de 1950.

---

<sup>104</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994, p. 203.

A construção institucionalizada e premeditada não descarta, porém, as ações no campo da política social desenvolvida durante os 15 anos de governo. É a própria política social que sustenta a propaganda ideológica produzida pelo DIP, principalmente se considerado que a campanha eleitoral ocorreu quase cinco anos após o fim do Estado Novo. O apoio a Vargas é adensado, também, pelo desastroso governo do General Eurico Gaspar Dutra.

A caravana continuou pelo norte e nordeste brasileiro, visitando Belém do Pará no dia 21, São Luís do Maranhão e Teresina no dia 22. No dia seguinte, ainda no Piauí, visitou Parnaíba e Fortaleza no Ceará. Passou pelo Rio Grande do Norte, nas cidades de Mossoró e Natal e no dia 26 de agosto, visitou três cidades na Paraíba: Souza, Campina Grande e João Pessoa. Foi um roteiro intenso, prevendo pequenos ajustes, mas que deveria transcorrer como planejado, pois uma campanha nacional em um país de proporções continentais em 1950, certamente foi um grande desafio.

O roteiro foi discutido e lapidado durante o mês de julho. Há modificações consideráveis nas primeiras versões. Originalmente era previsto que Vargas estaria em Pernambuco no dia 18 de agosto, o que só ocorreu entre 27 e 28, quando visitou, respectivamente, Recife e Caruaru. O roteiro também considerava almoços com grupo de trabalhadores, como o que estava marcado para Paulo Afonso com os operários que estavam construindo o complexo hidroelétrico, mas não há informações se realmente ocorreu<sup>105</sup>.

Nesta primeira etapa da viagem ocorreram, ainda, discursos nas seguintes cidades: no dia 29 de agosto, Maceió e Penedo em Alagoas e Aracaju no Sergipe; no dia 30 estiveram em Feira de Santa e Salvador, além de Ilhéus e Vitória da Conquista no dia seguinte, todos na Bahia. No último dia do mês, uma rápida visita a Vitória no Espírito Santo. Essa primeira etapa termina com comícios em cidades do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes no dia 1º de setembro, Niterói no dia 3, Petrópolis no dia 5 e Volta Redonda no feriado da Independência, sendo que no dia 5 também esteve em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

O roteiro foi pensado para que se pudesse visitar o máximo de cidades no tempo disponível, ou seja, 53 dias entre 09 de agosto e 30 de setembro. Ademais, deve-se considerar que Getúlio Vargas já tinha quase 67 anos, em um momento em que a esperança de vida do brasileiro era de 43,3 anos, em média<sup>106</sup>. Mesmo assim, nesse interim, ele visitou a capital de

---

<sup>105</sup> Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50, p.11.

<sup>106</sup> IBGE, Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em <<http://goo.gl/qCn11q>>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

todos os estados da Federação. A segunda etapa do roteiro focou novamente nos estados destacados por João Neves da Fontoura, incluindo uma excursão pelo Sul.

Após dois dias de descanso Getúlio Vargas voltou a Minas Gerais para visitar outras quatro cidades: Governador Valadares, Belo Horizonte, Uberaba e Uberlândia. Nesta última, o periódico *Correio de Uberlândia* trouxe uma nota sobre o comício<sup>107</sup>, pequena quando comparada com a reportagem de capa que cobria a campanha do candidato udenista. A chamada dizia “Magnificante o espetáculo cívico político da União Democrática Nacional”. E o texto continuava:

Apoteose grandiosa ao candidato nacional BRIGADEIRO EDUARDO GOMES a recepção de Uberlândia, em 13 de setembro de 1950 – que só tem paralelo na história do município, quando Uberlândia o recebeu pela primeira vez, em outubro de 1945<sup>108</sup>.

O *Correio de Uberlândia* continua sendo editado e em sua página online afirma que no período da campanha o jornal pertencia a um grupo intimamente ligado à UDN<sup>109</sup>. Entretanto, vários são os jornais que tinham posturas semelhantes sem necessariamente pertencerem aos quadros udenistas. Em geral, a imprensa praticou a conspiração do silêncio referente à campanha de Getúlio Vargas e ao seu segundo governo, fazendo pequenas citações quando impossível ignorar e noticiando com destaque as informações depreciativas. A vinculação dos jornais aos partidos políticos não esgota as explicações referentes à conspiração do silêncio, suas motivações, como dito anteriormente, tinham relação também com o grande período de intervenções e censura imposto pelo Estado Novo. Ao longo de toda sua trajetória política, poucos foram os momentos de relação amistosa entre Vargas e a imprensa, principalmente nas grandes cidades do período, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesta mesma edição do *Correio de Uberlândia*, ao lado da nota sobre o comício da aliança PTB-PSP, há um relato de uma tentativa de homicídio que ocorreu antes da aterrissagem do avião da comitiva em Uberaba. A notícia afirma que o motivo era a disputa entre duas correntes políticas pela primazia na recepção ao senador Getúlio Vargas. O prefeito de Uberaba, Boulanger Pucci, foi alvejado com dois tiros disparados por Florêncio Alves Filho na pista de pouso do aeroporto. O episódio tinha o mesmo destaque da nota referente ao

---

<sup>107</sup> **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 13 de set. 1950, p. 2. Disponível em:<<http://goo.gl/y8XKtr>>. Acesso em: 05 de jun. 2016.

<sup>108</sup> **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 13 de set. 1950, p.1. Disponível em:<<http://goo.gl/y8XKtr>>. Acesso em: 05 de jun. 2016.

<sup>109</sup> CORRÊA, Gleide. **Institucional**: História – 78 anos de *Correio de Uberlândia*. Disponível em: <<http://goo.gl/PqnDZ5>>. Acesso em: 05 de jun. 2016.

comício. Além disso, ambas as notícias estavam localizadas em uma página com diversos anúncios, sendo que um em especial, continha à chapa completa da UDN com candidatos nos diversos cargos da eleição. Por último, destaca-se o silêncio sobre o comício do Getúlio Vargas nas edições anteriores, pois ocorreu no dia 10, mas só foi comentado na edição do dia 12 que possui o relato sobre o comício da UDN que ocorreu nesse mesmo dia às 18 horas. O jornal, como um todo, durante a campanha eleitoral foi um grande libelo pró-UDN.

Prosseguindo a campanha, no mesmo dia 10 Getúlio visitou Goiânia e no dia seguinte foi a Mato Grosso, onde discursou em Cuiabá e Corumbá, além de Campo Grande no dia seguinte. No mesmo dia 12, voltou a São Paulo e visitou Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto. Ainda em territórios paulistas estiveram em Barretos (13/09), Ribeirão Preto (14/09), Araraquara e Campinas (15/09). Constata-se que houve grande esforço referente a São Paulo, no total foram visitados 13 municípios.

Voltou a Minas Gerais, onde discursou em Poços de Calda, última cidade do roteiro mineiro que recebeu o candidato sete vezes. No mesmo dia, 16 de setembro, iniciou a etapa final da caravana por São Paulo, começando por Taubaté, sendo que no dia seguinte partiu para as últimas três cidades, Sorocaba, Piracicaba e Bauru. Lira Neto, biógrafo de Vargas afirma que em Bauru foi o primeiro momento em que Vargas e Café Filho<sup>110</sup> dividiram o palanque<sup>111</sup>. O *Correio de Uberlândia*, na nota sobre o comício, afirmava que Café Filho compunha a comitiva que passou pela cidade, mas o mesmo não discursou.

Vargas não pretendia ter Café Filho como seu vice-presidente. Hesitou até o último momento, tentando negociar com o militar Góis Monteiro, senador pelo PSD, que declinou de todas as suas investidas. O PTB formalizou o nome de Café Filho somente na data limite do registro eleitoral, ou seja, 15 dias antes da eleição. Seu nome só foi oficializado graças à imposição de Adhemar de Barros, que condicionou seu apoio ao lançamento de Café Filho

---

<sup>110</sup> João Café Filho nasceu em Natal em 1899. Mudou-se para Recife em 1917, passando a trabalhar como comerciante para custear os estudos na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais e em curso na área de eletrotécnica. Retornou a Natal sem concluir seus estudos superiores, mas, mesmo assim, baseado na sua experiência prática junto aos tribunais, prestou concurso para advogado do Tribunal de Justiça, obtendo êxito. Passou então a atuar na capital e no interior do estado, quase sempre em defesa de estivadores, tecelões, pescadores e outras categorias de trabalhadores, tornando-se em pouco tempo advogado de grande prestígio junto às camadas populares e alvo de pressões por parte das oligarquias dominantes. Trabalhou na imprensa desde 1923. Participou da Revolução de 1930, sendo eleito deputado federal em 1934. Votou contra a prorrogação do estado de guerra e estava sob ameaça de prisão, pois denunciava diariamente da tribuna da Câmara a iminência do golpe militar. Com o Estado Novo foi para Córdoba, onde permaneceu até 1938 quando seu retorno foi autorizado e se afastou da política e dos movimentos sociais até 1945. Foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte e para a vice-presidência da república em 1950. KELLER, Vilma. João Café Filho. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001, Disponível em: <<https://goo.gl/bi1eAU>> Acesso em: 21 de set. 2016.

<sup>111</sup> NETO, Lira. 2014, p. 194.



como vice. Nenhum dos discursos pronunciados durante a campanha citava o candidato à vice-presidência, nem mesmo o de Bauru onde dividiram a tribuna. Lira Neto afirma que Getúlio fez seu pronunciamento padrão, “recorrendo as tradicionais folhas datilografadas escritas pelos assessores<sup>112</sup>”. No final, contudo, estendeu a mão espalmada para Café Filho e afirmou “esse é o meu candidato à vice<sup>113</sup>”.

Getúlio Vargas via com maus olhos a candidatura de Café Filho devido suas posições consideradas de tendência esquerdista. Político potiguar, em 1935 havia sido contra a Lei de Segurança Nacional e denunciou o Plano Cohen, em 1937, como um grande embuste. Foi contra a cassação do registro do PCB em 1947 e dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda, além de tudo isso vinha de uma família presbiteriana<sup>114</sup>. Ou seja, não agradava a Igreja Católica, muito menos as Forças Armadas.

Nenhuma das listas com os integrantes da comitiva possuía o nome do candidato à vice-presidente, apesar de considerar um séquito de cinco integrantes do PSP, provavelmente preenchido por outros políticos. Café Filho viajou para o Paraná, onde no dia 18 foram pronunciados três discursos, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba. Entretanto, não viajou para Santa Catarina, pois sua relação com Getúlio Vargas era meramente formal e continuou sendo durante os quase quatro anos em que governaram.

Em terras catarinenses o candidato à presidência fez, igualmente, três discursos concentrados em um único dia, 19 de setembro. Ao longo dos roteiros propostos, diferentes cidades foram cogitadas, Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Joinville e Tubarão. Ao final optou-se por Joinville, Itajaí e Florianópolis. No período, Florianópolis além de ser a capital do estado era a maior cidade em habitantes com 23.223 eleitores, Joinville já era um núcleo inicial de industrialização e contava com 14.254 votantes, já Itajaí, com 15.428 eleitores, era uma cidade portuária. Eram, respectivamente, o primeiro, o sexto e o quarto colégio eleitoral catarinense<sup>115</sup>. Entretanto, há outras questões que possivelmente influenciaram.

A política de Santa Catarina durante o século XX ficou dividida entre duas famílias. Os Ramos que possuíam, em um primeiro momento, seu centro de poder em Lages, na serra catarinense, e aos poucos se expandiu para Florianópolis. Nesse momento estavam ligados ao PSD, e tem na figura de Nereu Ramos seu maior expoente no campo político. Os Konder

---

<sup>112</sup> NETO, Lira. 2014, p. 195.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> KELLER, Vilma. Café Filho. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/NST0BM>>. Acesso em: 07 de jun. 2016.

<sup>115</sup> RESENHA Eleitoral. **Eleições Catarinenses (1945-1998)**. Tribunal Regional Eleitoral. Florianópolis, novembro de 2001, p. 43 - 45.

Bornhausen são a outra vertente da disputa estadual, junção de duas famílias da região do Vale do Itajaí, de descendência germânica e eram filiados a UDN.

Nereu Ramos criou, em 1929, a Aliança Liberal em Santa Catarina<sup>116</sup> e, foi um dos principais representantes da ala do PSD pró-Getúlio Vargas, como dito anteriormente. Sua família e agregados estiveram à frente da interventoria do estado desde 1933 até janeiro de 1947, onde ocorreram as primeiras eleições diretas para governador pós Estado Novo. Novamente foi eleito um Ramos, agora já dentro da legenda do PSD, Aderbal Ramos da Silva. Entre 1930 e 1950, ou seja, quase 20 anos, Santa Catarina viveu a hegemonia da oligarquia dos Ramos.

Clayton Hackenhaar destaca, porém, que durante o Estado Novo a relação de Vargas com os Konder Bornhausen era amistosa. Uma das hipóteses levantadas pelo autor é que o presidente “evitava fortalecer excessivamente Nereu Ramos, por isso, em alguns momentos, favorecia adversários do interventor catarinense<sup>117</sup>”. Mas, durante a campanha eleitoral de 1950 Vargas e os Konder Bornhausen estavam em campos opostos, pois o Brigadeiro Eduardo Gomes foi o candidato da UDN e principal concorrente de Getúlio a presidência. Considerando que o PTB durante o período democrático (1945 – 1964) nunca conseguiu se estabelecer como força política proeminente em Santa Catarina, era necessário buscar apoio em outras vertentes políticas, ou seja, o PSD.

Esse, todavia, não foi o posicionamento inicial do PTB catarinense. No primeiro momento há uma candidatura própria para o governo, haveria três candidatos, Carlos Gomes de Oliveira pelo PTB, Irineu Bornhausen pela UDN e o PSD lançaria a candidatura do engenheiro Udo Deeke. No início da campanha, em agosto, surgem boatos que a candidatura ao governo do PTB seria retirada, e que o partido apoiaria Irineu Bornhausen. Carlos Gomes de Oliveira, não nega a possibilidade de acordos, mas afirma que não admitiria apoiar “outro partido, com sacrifício da candidatura do PTB<sup>118</sup>”, ou seja, não haveria acordo na base da compensação.

No início de setembro, entretanto, já está claro o conchavo entre a direção estadual do PTB e a UDN. A aliança previa o apoio a Irineu Bornhausen, candidato ao governo, e em

---

<sup>116</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79**. 1988. 278f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1988. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0061-D.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2016. p. 42.

<sup>117</sup> HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/LEph8p>>. Acesso em: 10 jun. 2016. p. 104.

<sup>118</sup> **O Estado**. Florianópolis, 12 de ago. 1950.

contrapartida Carlos Gomes de Oliveira seria candidato ao Senado. Nesse cenário ambos concorreram com candidatos do PSD, respectivamente Udo Deeke e Nereu Ramos. *O Estado*<sup>119</sup> afirmava que “juntaram-se os rasga-retratos<sup>120</sup>”, fazendo referência ao fim do Estado Novo. Declarava que estavam divididos desde o final de 1945, um pequeno grupo infiltrado no PTB e os demais na UDN, que com a proximidade da eleição tiraram as máscaras e novamente se juntavam.

O periódico reivindicava para o PSD a herança das políticas de Vargas durante seu primeiro governo em Santa Catarina. E era na figura de Nereu Ramos que esse espólio estava personificado, pois, na versão do jornal<sup>121</sup>, foi ele que em 1945 determinou que os retratos de Getúlio Vargas continuassem expostos nas repartições públicas estaduais, pois era alvo de admiração e simpatia. Quando aqueles que naquele momento se aliavam, rasgavam os retratos aos berros de morte ao ditador.

Figura 4 – Getúlio Vargas em Joinville



FONTE: <http://goo.gl/Xzdzup> (1950)

<sup>119</sup> Desde março de 1946 o jornal estava intimamente ligado ao PSD. Sidnei Noceti, proprietário, servia de fachada para o verdadeiro dono, o político Aderbal Ramos da Silva que no ano seguinte seria governador pelo PSD. O diretor era o jornalista Rubens de Arruda Ramos, sobrinho de Nereu Ramos. O acervo do jornal está arquivado na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>120</sup> **O Estado**. Florianópolis, 06 de set. 1950.

<sup>121</sup> **O Estado**. Florianópolis, 06 de set. 1950.

Há nesse acordo uma disputa familiar. Saulo Ramos era em 1950 o presidente da seção estadual do PTB. Nereu Ramos era o presidente nacional do PSD. E o Aristiliano Ramos era integrante da UDN, sendo a terceira liderança dentro da seção catarinense, junto com Irineu Bornhausen e Adolfo Konder<sup>122</sup>. Aristiliano havia rompido com Nereu em 1935, durante a disputa pela sucessão do governo estadual. Para além da questão familiar, o PTB em Santa Catarina funcionou durante o período democrático (1945 – 1964) como “fiel da balança<sup>123</sup>”. Existia um equilíbrio entre os dois maiores partidos, UDN e PSD, que possibilitava aos petebistas negociar o apoio através da barganha.

A questão das alianças em nível federal, estadual e municipal é bastante complexa. O fenômeno da *cristianização*, como no Amazonas, também ocorreu em Santa Catarina, pois o PSD catarinense apesar de formalmente estar com Cristiano Machado fez campanha aberta a Getúlio Vargas nas páginas do jornal *O Estado*. A seção estadual do PSD chega a divulgar a recomendação de votos ao eleitorado catarinense sem citar o cargo a presidente. As alianças, entretanto, não se repetem em nível estadual onde o PTB apoia Irineu Bornhausen da UDN. As coalisões políticas se enredam mais quando o PTB estadual libera alianças distintas em nível municipal<sup>124</sup>, desde que respeitadas candidaturas próprias do partido. Em Blumenau os petebistas apoiaram a candidatura de Udo Deeke.

Em 12 de setembro, *O Estado* destacou a seguinte frase: “Getúlio não aprova”, onde transcrevia a afirmação de Danton Coelho, presidente nacional do PTB:

A posição do PTB em Santa Catarina é definitiva no sentido de que o nosso Partido marche de acordo com o PSD, que obedece ali a chefia do senhor Nereu Ramos. Este foi sempre o ponto de vista do meu Partido, obediente aos desejos reiteradamente expressos pelo nosso eminente chefe senador Getúlio Vargas. Não é verdade o que lá se assoalha na imprensa e por meio de boletins, ou seja, que a direção nacional do PTB tenha sido consultada e assentido relativamente ao acordo feito com a UDN. Tudo isso ocorreu a nossa revelia e sem nosso apoio. Confio que o novo apelo que acabo de dirigir aos prestigiosos correligionários Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira, encontrará a escolhida que almejamos, por ele objetiva não só o nosso desejo senão também o do nosso preclaro candidato a presidência da República, senador Getúlio Vargas<sup>125</sup>.”

Essa declaração foi publicada uma semana antes dos comícios de Vargas em Santa Catarina. Nesta semana que antecedeu *O Estado* atacou diariamente o acordo PTB-UDN,

---

<sup>122</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. 1988, p. 52.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>124</sup> **O Estado**. Florianópolis, 06 de set. 1950.

<sup>125</sup> **O Estado**. Florianópolis, 12 de set. 1950.

questionando a validade por falta de documentos que comprovem a deliberação, chegando a denunciar que a candidatura de Carlos Gomes de Oliveira para o Senado não foi deliberada nas convenções do PTB<sup>126</sup>. A situação chega ao limite quando se torna necessário à intervenção do diretório nacional no estadual, no dia 15 foi noticiado a ingerência no diretório, colocando no comando novos membros que apoiassem a candidatura de Udo Deeke e Nereu Ramos<sup>127</sup>.

Quando Getúlio Vargas chega a Santa Catarina a questão da aliança PTB-UDN era o centro do debate. Discursou primeiramente em Joinville e Itajaí, mas não tocou no tema e também não declarou apoio a nenhum candidato. Em Florianópolis, entretanto, o candidato afirmou que:

Desejaria ter como meu colaborador no Senado o preclaro brasileiro e meu particular amigo Dr. Nereu Ramos. Ele que na alta função de Vice-Presidente da República foi tão hostilizado pelo atual Governo, apesar dos serviços que lhe prestou, bem merece essa reparação. Para Governador, recomendo o nome do operoso engenheiro Udo Deeke, e para deputados federais e estaduais os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro<sup>128</sup>.

A fala de Getúlio provocou reações diversas, pois havia udenistas que acreditavam na aliança em nível estadual. E, provavelmente, ela não ocorreu nas demais cidades (Joinville e Itajaí) para evitar desgastes maiores com Carlos Gomes de Oliveira que era natural de Joinville, e provavelmente subiu com Getúlio ao palanque (Figura 4). Complementar a isso, deve-se considerar as disputas políticas dentro de cada cidade, pois declarar apoio a Nereu Ramos dentro do território político da UDN poderia gerar uma desgaste político evitável. Nessa situação, se destaca a figura que ajudou a montar os discursos políticos para Santa Catarina, pois possuía um conhecimento amplo dessas disputas<sup>129</sup>.

Após o comício, *O Estado* reproduziu diversas vezes a frase dita por Getúlio Vargas em apoio ao Nereu Ramos e Udo Deeke. Da mesma forma o PTB publicou notas explicando como os trabalhistas deveriam votar no dia 03 de outubro:

A Comissão Diretora do PTB, único órgão autorizado a interpretar o pensamento do Partido face às próximas eleições chama a atenção dos trabalhistas para a confusão que certos elementos, por interesses pessoais,

---

<sup>126</sup> **O Estado**. Florianópolis, 13 de set. 1950.

<sup>127</sup> **O Estado**. Florianópolis, 15 de set. 1950.

<sup>128</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 530.

<sup>129</sup> Infelizmente, não foi possível confirmar o nome do responsável pelos discursos de Getúlio Vargas em Santa Catarina.

estão tentando estabelecer no nosso eleitorado. Traduzindo a orientação do Diretório Nacional do PTB e obediente à palavra de ordem do nosso Chefe, senador Getúlio Vargas, proferida no comício realizado nesta Capital, a 19 do corrente, devemos, os petebistas catarinenses, sufragar: Getúlio Vargas – para Presidente da República; Nereu Ramos – para Senador; Udo Deeke – para Governador; para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores, os trabalhistas deverão votar em elementos do PTB, sendo livre a escolha entre os candidatos do Partido. Florianópolis, 23 de setembro de 1950. Otacílio Nascimento – Presidente<sup>130</sup>.

Essas notas foram recorrentes até o dia do pleito, mas não conseguiram reverter o resultado. Getúlio Vargas venceu em Santa Catarina com uma margem bastante justa, 110.398 votos a 101.386<sup>131</sup> que foram concedidos ao Brigadeiro Eduardo Gomes. Porém, Irineu Bornhausen venceu Udo Deeke com quase 30 mil votos<sup>132</sup> de diferença (147.074 a 119.667) e Carlos Gomes de Oliveira foi eleito senador com 144.533 votos<sup>133</sup>. Nereu Ramos foi eleito para a Câmara dos Deputados, pois, como dito anteriormente, a Constituição de 1946 permitia candidaturas superpostas.

Essas intrincadas alianças, que ao longo do texto foram exemplificadas por Santa Catarina e Amazonas, ocorreram em diversos estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Getúlio não contava com o apoio de seu irmão mais velho, Protásio Dornelles Vargas, que decidiu apoiar o candidato pessedista<sup>134</sup>. Foi nesse clima de disputa que no dia seguinte aos discursos em Santa Catarina, 20 de setembro, iniciou a caravana final pelo Rio Grande do Sul. Durante 10 dias Getúlio Vargas pronunciou discursos curtos em 17 cidades, Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, São Jerônimo, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, Alegrete, Livramento, São Gabriel, Santo Ângelo e São Borja. Em sua cidade natal, além do comício foi irradiado uma mensagem aos brasileiros no encerramento da campanha. Foi em São Borja que ele aguardou o resultado das urnas, que o consagrou Presidente da República, sendo empossado em 31 de janeiro de 1951.

---

<sup>130</sup> **O Estado**. Florianópolis, 24 de set. 1950.

<sup>131</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. 1952, p. 12.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>134</sup> NETO, Lira, 2014, p. 197.

## → Os discursos de Vargas

Os 79 discursos da campanha, apesar de serem direcionados para cidades específicas, possuíam algumas características em comum na forma e no conteúdo. São os usos frequentes que serão analisados, buscando entender o que perpassa a campanha como um todo, ou melhor, entender o projeto e posicionamento político defendido para os cinco anos de governo que estavam sendo disputados.

Os discursos possuem entre si uma estrutura muito similar. Em geral, iniciavam com um panegírico sobre a cidade e sua população. Essa característica se adaptava as qualidades da localidade, nas cidades com maior nível de desenvolvimento econômico se elogiava o progresso da região e sua prosperidade, já nos locais mais carentes enaltecia a perseverança e força dos eleitores. Em Carolina, Getúlio destacou que:

ao pisar o solo da vossa nobre cidade, experimento a grata emoção de encontrar, nesse sertão distante, uma gente cordial e altiva, enfrentando duros problemas de sobrevivência, mas dando a todo o Brasil um magnífico exemplo de nacionalismo e de esforço construtivo<sup>135</sup>.

Essa mesma estratégia possuía uma terceira variável, que ocorre nas cidades que, de alguma forma, fizeram parte da trajetória de Getúlio Vargas. Durante a campanha no Rio Grande do Sul inúmeros são os exemplos, também no Rio de Janeiro quando evocava passagens da Revolução de 30 ou em São Paulo quando afirmava considerar:

inesquecíveis os meus contatos com São Paulo. Ressoam, até hoje, em meu coração, as horas de júbilo patriótico que me irmanaram com os paulistas em 1930. Estão vivas, em minha memória, as provas de afeto com que aqui fui recebido em 1938. Jamais me olvidarei de que, em 1945, São Paulo me elegeu senador da República, em momento de excepcional significação política<sup>136</sup>.

Elogiar o progresso, enaltecer a força ou rememorar sua própria trajetória na cidade são formas de identificação com o eleitorado. Em suma, Getúlio Vargas buscava não ser um desconhecido para os eleitores, um mero visitante. Colocava-se como alguém que conhecia a realidade da região, em um momento em que as informações circulavam de forma muito mais

---

<sup>135</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 111.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 55.

restrita. Essa aparente proximidade ganhava potência quando considerado os demais candidatos. Eduardo Gomes era um militar sem trânsito pela política<sup>137</sup> com pouca habilidade com o eleitorado e ficou marcado negativamente pelo slogan de 1945: “Eduardo Gomes é bonito e é solteiro, mas não quer voto de marmiteiro”. Cristiano Machado somente se torna opção do PSD devido às disputas internas, conforme explanado previamente. Já havia sido prefeito de Belo Horizonte, apesar disso era um político local sem expressão no âmbito nacional. O terceiro candidato o baiano João Mangabeira do Partido Socialista Brasileiro, era um total desconhecido para os eleitores apesar de possuir uma longa trajetória política. Recebeu apenas 9.466 votos e justificou sua candidatura, pois: “os socialistas viram-se em face de uma triste realidade. Não tinham em quem votar<sup>138</sup>”.

Os discursos continuavam com um resumo das obras que foram realizadas durante a gestão de Getúlio Vargas. Nessa seção estavam concentradas as maiores críticas ao governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Em geral, nos locais onde as obras não ocorreram à culpa era transferida para o atual governo. Em Pirapora, o tema que se enquadra nessa característica era a união das estradas de ferro Central do Brasil e Leste Brasileiro. Getúlio afirmou que os trabalhos estavam parados, “deixando-se de completar o plano traçado pelo meu governo<sup>139</sup>”. Continuou frisando que o término dessa obra transcendia os interesses regionais e que seria “imperativo a que não poderia fugir nenhum governo bem orientado<sup>140</sup>”.

Na continuidade das falas, o candidato se dedicava a fazer as promessas de campanha destinadas para a região. Propostas, que em sua maioria, tinha raízes no governo anterior, propõe em Recife a expansão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais<sup>141</sup>, e se compromete, em Curitiba, a enfrentar o problema do crédito financeiro para setores essenciais visando o desenvolvimento econômico do país. Ademais as promessas locais, há questões que perpassam a campanha como um tudo, os transportes (ferroviário, rodoviário ou fluvial), a produção de energia elétrica e a industrialização do país.

Esses investimentos tinham como objetivo fortalecer a economia brasileira frente ao domínio do capital estrangeiro. O nacionalismo é apontado como uma marca do segundo governo Vargas e esteve muito presente durante a campanha eleitoral. A tríade energia,

---

<sup>137</sup> A força do candidato, todavia, entre a classe média advinha exatamente dessa questão. Possuía um discurso moralizante sobre a política, seria o único que poderia sanear as práticas políticas, pois não estava corrompido pelo exercício desses costumes.

<sup>138</sup> **Folha da Manhã**. 03 de outubro de 1950. Disponível em <<http://goo.gl/dnXpQd>>. Acesso em 20 de jun. 2016.

<sup>139</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 106.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 214.



transporte e crédito foram à base do pacto eleitoral, com reforma nos principais portos, investimento na malha ferroviária, ampliação da navegação fluvial, crédito para diversos setores da economia e expansão da indústria de base, ou seja:

Não bastaria apenas crescer economicamente, mas qualificar as bases desse crescimento para que a nova riqueza gerada pudesse ser dirigida e orientada no sentido dos interesses dos brasileiros. A economia não poderia crescer sem prévia definição dos interesses mais imediatos do país e sem uma diretriz voltada para o fortalecimento do capitalismo nacional. A "batalha da produção" era traduzida numa batalha nacional<sup>142</sup>.

Outra marca da campanha, e do segundo governo de Vargas, é o apartidarismo. Como dito anteriormente, apesar da candidatura ter a anuência e o registro do PTB não é isso que se observa ao longo da campanha. As escolhas de Getúlio Vargas, em sua grande maioria, são personalistas e não partidárias, trazendo para o Comitê Nacional de campanha antigos companheiros políticos, como João Neves da Fontoura e Batista Luzardo, e não, necessariamente, representantes das forças políticas que apoiavam a sua candidatura. Maria Celina Soares D'Araújo, no livro *O Segundo Governo de Vargas: democracia, partidos e crise política*, salienta essa questão, afirmando não haver uma renovação pós 1945, ou seja, o “movimento contra o Estado Novo não chega a ser inteiramente vitorioso na implantação de um novo sistema político<sup>143</sup>”, se mantendo o personalismo característico dos primeiros 15 anos de governo Vargas.

Em terras pernambucanas, na cidade de Caruaru, Getúlio verbaliza o apartidarismo de sua candidatura:

Não sou propriamente um candidato de partidos, e sim um candidato do povo, candidato das consciências esclarecidas, candidato dos que julgam os homens pelo que fizeram em favor da terra comum e para os quais o trabalho de cada brasileiro que produz se confunde com o esforço da nação inteira para desenvolver-se e progredir<sup>144</sup>.

Para além da demagogia existente no trecho, há um forte apelo apartidário. Pois, apesar do PTB ser o alicerce central da candidatura, não há um esforço de fortalecer a instituição partidária, mesmo depois da posse. O gabinete escolhido por Vargas e que ficou

---

<sup>142</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo Governo Vargas: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 102.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>144</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 226.

conhecido como *Ministério da Experiência* possuía um único ministro saído dos quadros do PTB, Danton Coelho na pasta do Trabalho<sup>145</sup>.

Na composição do Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas, observa-se uma repetição dos quadros da Aliança Liberal, em 1929, que pretendia levar ao Catete, como candidatos legitimamente eleitos, Getúlio Vargas e o vice-presidente João Pessoa. João Neves da Fontoura era o vice-presidente do Rio Grande do Sul e líder da bancada gaúcha na Câmara, foi o principal arquiteto da chapa oposicionista a candidatura de Júlio Prestes, assim como da Revolução de 30 articulando junto com mineiros e paraibanos. Batista Luzardo era do Partido Libertador do Rio Grande do Sul e apoiador da Frente Única Gaúcha que reuniu os dois partidos rio-grandenses historicamente rivais, o PL e o PRR herdeiro do castilhismo, em prol de um protagonismo do estado na disputa pela presidência da república. Há, ainda, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque filho de João Pessoa e integrante do Comitê.

Motivações diversas poderiam estar por trás das escolhas dos nomes, amizade, confiança, capacidade, não há como determinar. Todavia, uma questão é clara, não foram as afiliações partidárias que definiram os eleitos. Havia na forma de fazer política de Getúlio Vargas um aspecto central, o personalismo. Essa característica, em uma democracia representativa, enfraquece as instituições que deviam funcionar como um dos pilares do Estado Democrático de Direito e podem levar a sérias crises, como em agosto de 1954. Essa é uma das interpretações referentes ao segundo governo de Vargas:

Os grandes partidos (UDN, PSD) são formalmente derrotados em 1950 pelas agremiações populistas (PSP, PTB), que, no entanto, não se tornam Governo. O sucesso eleitoral de Vargas não corresponde ao sucesso partidário daqueles que lhe forneceram a legenda e, em termos do sistema partidário como um todo, não se reverte em um período governamental no qual se tornem politicamente claras e operacionais às relações entre os partidos, e destes com o Governo. A intransigência calculada da UDN funciona paralelamente a o acomodamento do PSD e à marginalização do PTB, e coexiste ainda com uma postura governamental que despreza as diversidades político-partidárias e que não legitima os partidos enquanto fonte primordial de apoio. O governo, contrariamente, procura o tempo todo compor grandes alianças políticas, nas quais o conteúdo de cada partido é diluído em benefício de uma imagem governamental politicamente neutra no que diz respeito aos interesses particularistas de cada organização ou setor social<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> O gabinete empossado em 31 de janeiro de 1951 era uma mescla das alianças da campanha eleitoral e um esforço político de conciliação. Foi o próprio Vargas que denominou de "ministério da experiência", sendo que experiência teria o sentido de experimentação/teste, ou seja, seria substituído, caso os objetivos do governo não fossem atingidos. BRANDI, Paulo. Getúlio Vargas. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <http://goo.gl/XeU6PI>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

<sup>146</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. 1992, p. 28.

O apartidarismo foi acompanhado da assertiva que Vargas era candidato não por seu interesse, e sim para responder o clamor do povo. Na proclamação lida antes do discurso de abertura da campanha em Porto Alegre, no início de agosto de 1950, Getúlio afirmava que foi “forçado a aceitar a [...] candidatura, por imposição popular”. Como mencionado no primeiro capítulo, o apoio a Fórmula Jobim surge como abnegação de Vargas ao Catete. A direção da campanha tem cuidado de somente oficializar a candidatura após os demais partidos já terem lançado seus respectivos candidatos. Vargas teria sido “obrigado” a sair candidato devido ao não acordo entre as forças partidárias, e até o último momento estaria apoiando uma saída conciliatória. Pelos dois lados, partidos políticos e eleitores, foi “coagido” a ser candidato a presidência.

O enfoque na Fórmula Jobim ocorre nos momentos iniciais, mas a versão referente ao clamor do povo seria repetida exaustivamente ao longo da campanha. Em Livramento, cinco dias antes da eleição, ele retorna aos dois temas:

Não vos preciso dizer, porque sobejamente testemunhastes, os esforços que fiz para que se aceitasse uma fórmula alta, capaz de propiciar a tão desejada pacificação de espíritos, conjugadora das energias nacionais, no sentido da solução dos grandes problemas que desafiam o nosso progresso. Somente quando as rivalidades partidárias e suspeitos interesses pessoais levaram ao fracasso as mais nobres tentativas, é que acedi ao apelo do povo, que me fez seu candidato<sup>147</sup>.

A resposta ao chamado do povo que Vargas repete incessantemente vai ao encontro da análise entre religião e política do historiador Raoul Girardet, em *Mitos e Mitologias Políticas*. A tese central de sua pesquisa é que no segundo plano da política, inconscientemente, há elementos das narrativas religiosas como uma idade de ouro, conspirações, revoluções redentoras, apelo ao líder salvador, e que a população fica mais suscetível a essa *efervescência mitológica* em momentos de crise<sup>148</sup>. Girardet contempla quatro conjuntos mitológicos em seu estudo: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade. No discurso do candidato petebista, ao longo da campanha, é possível identificar o arquétipo do salvador:

---

<sup>147</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. 1992, p. 634.

<sup>148</sup> Há diversos estudos que usam as categorias de Raoul Girardet para analisar a trajetória de Getúlio Vargas, como: STEFFENS, Marcelo Hornos. **Getúlio Vargas biografado: Análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988**. 2008. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008; e ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

A imagem legendária é, de qualquer modo, a de um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos, grandes comandos, depois escolheu retiro modesto, longe dos tumultos da vida pública. Interrompendo uma velhice tranquila e respeitada [...], a angústia de todo um povo bruscamente confrontado com a desgraça o chama ou o traz de volta à frente do Estado<sup>149</sup>.

Getúlio, durante a campanha, se coloca como homem velho que abandonou o conforto do seu lar e a calma de sua velhice para socorrer o povo<sup>150</sup>. Ele é o candidato do povo, que só possui compromissos com aqueles que clamaram por seu retorno:

Quanto a mim, embora apresentado por alguns partidos, eu não sou propriamente, um candidato partidário. Eu sou exatamente um candidato do povo. Chamado pelo povo, conclamado pelo povo, vim para atender aos interesses do povo e só com este tenho compromissos. A minha vitória depende da vontade do povo e a ela vo-la entrego<sup>151</sup>.

Em seu discurso, afirma não ter ambições frente ao poder, pois provou os desgostos que acompanham o exercício da presidência:

Posso dizer, portanto, que não retornei às lutas políticas pela sedução do poder, que para mim não guarda nenhum segredo e cujas amarguras tão fortemente me foram reveladas; se estou na praça pública disputando a primeira magistratura da Nação, é porque, obediente aos imperativos da vontade popular, inteiramente me dediquei ao apostolado de um nobre ideal<sup>152</sup>.

O mito<sup>153</sup> em torno da figura de Getúlio Vargas só é concretamente possível devido a

---

<sup>149</sup> GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 73.

<sup>150</sup> Nesse ponto é destacado uma das formas distintas que o salvador pode assumir, mas além do Homem Velho Girardet define outros três modelos: a) O Conquistador que, pela força da espada e pela audácia do comportamento pode mudar a situação de uma nação; b) O Legislador, cuja principal referência está ligada à idéia dos “pais fundadores de uma nação”, da administração e resgate de valores basilares há muito esquecidos; c) O Profeta, tomado quase no sentido religioso, de um homem que se vê guiado por um impulso divino e que pode guiar seu povo pelos caminhos do futuro.

<sup>151</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 637.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 634.

<sup>153</sup> O mito político é uma poderosa força motriz para a ação política, tendo como característica básica sua recusa à razão. Ele se opõe, portanto, à visão da política como feita de opções racionalmente motivadas, fruto da interação de cidadãos conscientes de seus próprios interesses com políticos que expõem com nitidez seus programas de ação — a visão "ideal" do funcionamento da democracia. A política não é, nem pode vir a ser, um espaço feito só de razão. Elementos irracionais estão presentes em todo o campo político. O jogo político não trata só — ou mesmo prioritariamente — de questões "técnicas" ou de interesses que podem ou não ser acomodados, mas põe em questão disputas de valores. O mito é uma manifestação intensa do irracional na vida política. MIGUEL, Luiz. Felipe. Em torno do conceito de mito político. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, p. 635-661, 1998.

uma necessidade da sociedade. Vargas surge como aquele que representa os anseios de uma parte considerável da população, e esse processo de heroificação é historicamente datado, ou seja, “o mito político jamais deixa, [...], de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica<sup>154</sup>”. Atualmente, um político que use argumentos próximos ao de Vargas seria desconsiderado, até porque a disputa política atual passa por outros canais, ainda assim a necessidade de um herói salvador é muito atual em diversos setores da sociedade, seja na política ou até no futebol.

Historicamente datado, o mito carrega as características pessoais do seu personagem. Getúlio Vargas não é somente o salvador, é o salvador dentro das características que o definem: o sorriso, a altura, a capacidade de mediador. O mito político é a relação dialética entre o candidato a herói e as suas condições históricas:

O mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade dos traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado. Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação a função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência<sup>155</sup>.

Qual expectativa Getúlio Vargas estava respondendo quando lançou sua candidatura? Em seus discursos, narrativa que constrói sobre si mesmo, Vargas enfrentava as forças opositoras a “obra renovadora da Revolução de 1930<sup>156</sup>”. O povo brasileiro deveria escolher entre o retorno definitivo para a política de opressão característica da Primeira República, ou retomar o impulso perdido em 1945, “pela ação reacionária dos atuais responsáveis pelo governo<sup>157</sup>”. Esse é o último ponto de destaque nos discursos da campanha eleitoral.

A campanha eleitoral de 1950 alude sempre a Revolução de 1930, é como se lá estivesse concentrado todo o projeto político de Vargas. O período entre 1930 e 1945, correspondente aos 15 anos de governo, foi apenas o espaço de aplicação desse projeto que foi interrompido de forma intempestiva em outubro de 1945. Essa interpretação remove o

---

<sup>154</sup> GIRARDET, Raoul. 1987, p. 81.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>156</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 634.

<sup>157</sup> Idem.

Estado Novo da campanha eleitoral, pois o seu primeiro governo foi um grande bloco compacto que possui toda sua força motriz no movimento de 1930. Não há, durante a campanha, referências aos acontecimentos de novembro de 1937 e as consequências de uma longa ditadura.

Essa interpretação já estava presente durante o próprio Estado Novo. Ângela de Castro Gomes afirma que apesar do Estado Novo surgir como “novo começo da história do país<sup>158</sup>” não era visto como marco zero dessa política:

O corte, a ruptura revolucionária no curso da história, era claramente situada em outro acontecimento político: a Revolução de 1930. Trinta e 37 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior, 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar.

Essa interpretação, contudo, não impede que a imprensa opositora utilizasse ostensivamente o Estado Novo como argumento contra a candidatura de Getúlio Vargas. A figura do Ditador esteve presente nos periódicos durante toda campanha e será analisado a seguir.

#### → A imprensa opositora na campanha eleitoral

Definir o que era a imprensa opositora em 1950 é um desafio, pois se havia um consenso nos periódicos durante a campanha eleitoral era o combate à candidatura de Getúlio Vargas. Esse quadro delineado, entretanto, era a realidade na Capital da República e em São Paulo, outras cidades tinham uma maior pluralidade de posicionamentos. Considerando as características da fonte e da pesquisa se torna necessário o foco em um periódico, ou em um tipo de notícia como as manchetes ou colunas específicas. Para esta pesquisa optou-se por trabalhar com a coluna do jornalista Carlos Lacerda, publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, na cidade do Rio de Janeiro.

A *Tribuna da Imprensa* foi fundada em dezembro de 1949, ou seja, dez meses antes da eleição presidencial, pelo próprio Carlos Lacerda. Desde sua primeira edição se dedicou a

---

<sup>158</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. 1994, p. 175.

combater Getúlio Vargas e sua candidatura. Tema recorrente em suas páginas eram as denúncias de uma aproximação entre Vargas e Peron. A edição inicial, 27 de dezembro de 1949, afirmava que Perón considerava Vargas como “seu mestre neste século, da mesma forma por que considerava Rosas como sendo no século passado<sup>159</sup>”. Ao longo dos meses de campanha, diversas vezes esse assunto voltou às páginas do periódico ocupando até as manchetes da capa.

O jornal de Carlos Lacerda era vespertino<sup>160</sup> e circulava de segunda a sábado, exceto feriados. Contou com uma vida longa tanto sob a direção do político da UDN, quanto depois. Lacerda foi proprietário do jornal até 1961, durante seis meses ficou sob controle de Nascimento Brito dono do *Jornal do Brasil*, que em março de 1962 vendeu para seu atual diretor, Hélio Fernandes<sup>161</sup>. A versão impressa do jornal circulou até 2008, atualmente Fernandes mantém um blog e o jornal possui uma versão online chamada *Tribuna da Imprensa Sindical*<sup>162</sup>.

A *Tribuna da Imprensa* teve origem na coluna que Carlos Lacerda escrevia para o *Correio da Manhã* intitulada *Na Tribuna da Imprensa*. Inicialmente ele cobria a Assembleia Constituinte de 1946, após o encerramento passou a escrever crônicas sobre a democracia recém-inaugurada. Um desentendimento com Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, fez Lacerda sair do periódico e pedir autorização para usar o título da coluna em seu novo empreendimento<sup>163</sup>. O jornal nasceu ligado a UDN, pois além de Carlos Lacerda ser vinculado aos quadros udenistas, o investimento inicial partiu de membros do partido como Milton Campos, um dos fundadores da União Democrática Nacional e governador de Minas Gerais. E essa foi a postura do periódico enquanto Carlos Lacerda esteve à frente do editorial,

---

<sup>159</sup> **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 27 de dez. 1949, p. 13. Disponível em: <<http://goo.gl/Q23oeC>>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

<sup>160</sup> Os jornais vespertinos tinham seu horário de fechamento programado para as 11h00 e a distribuição começava ao meio dia.

<sup>161</sup> Hélio Fernandes nasceu em 17 de outubro de 1920 e é irmão do desenhista Millôr Fernandes. Sua trajetória está ligada a história da imprensa brasileira, seu primeiro trabalho aos 14 anos foi na revista *O Cruzeiro* onde trabalhou junto com o irmão durante 16 anos. Cobriu a Assembleia Constituinte de 1946, onde conheceu Carlos Lacerda com quem teve uma longa relação profissional e pessoal. Trabalhou na *Tribuna da Imprensa* e em 1962 adquiriu o jornal. Foi assessor de imprensa de Juscelino Kubitschek durante a campanha eleitoral de 1955. Durante o Regime Militar foi diversas vezes preso, teve seus direitos políticos cassados em 1966 e a sede da *Tribuna* foi alvo de um atentado a bomba em 1981, antecedendo o Riocentro. Aos 96 anos de idade continua escrevendo análises políticas sobre a situação atual do Brasil. FERREIRA, Marieta de Moraes. Hélio Fernandes. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001, Disponível em: <<https://goo.gl/3U91yx>>. Acesso em 24 de set. 2016.

<sup>162</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/9n20eq>>. Acesso em 10 de jul. 2016.

<sup>163</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer: o corvo e o bessarabiano**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

um canal de comunicação com a marca da ala mais combatente ao getulismo<sup>164</sup> dentro da UDN, que era denominada como a Banda de Música.

Figura 5 – Tribuinha



FONTE: <http://goo.gl/VBGPUm> (1950)

O periódico tinha sede própria, Rua do Lavradio, número 98, no bairro da Lapa na região central da cidade do Rio de Janeiro. As edições, em geral, contavam com dez páginas, com exceção da quarta-feira quando circulava a *Tribuinha*, um suplemento infanto-juvenil que acrescia duas páginas ao jornal. Esse formato se mantém nas 194 primeiras edições, após o jornal contou 12 páginas todos os dias com algumas edições especiais com 14 páginas. A

<sup>164</sup> O grupo de parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) que mais se destacou na oposição constante e implacável aos governos Vargas (1951-1954), Kubitschek (1956-1961) e Goulart (1961-1964) tornou-se conhecido como a “Banda de Música” porque seus integrantes sentavam-se sempre na primeira fila do plenário e frequentavam quotidianamente a tribuna com uma oratória inflamada e agressiva. O grupo aumentava e diminuía conforme a polarização em torno de um tema. Seus principais membros foram Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco, Aliomar Baleeiro, Carlos Lacerda, Ernâni Sátiro, Herbert Levy, José Bonifácio, Olavo Bilac Pinto, Oscar Dias Correia, entre outros com menor intensidade. BENEVIDES, Maria Vitória. Banda de Música da UDN. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/8Sujrr>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.



mudança de formato coincide com o início das campanhas eleitorais, 14 de agosto de 1950, e permanece até o final do ano, período onde se encerra a análise histórica.

O conselho consultivo do jornal era formado por Adauto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção Braga, Heráclito Fontoura Sobral Pinto e Luís Camilo de Oliveira Neto, todos próximos ou membros da UDN e tinha como função avaliar o conteúdo produzido. O jornal era impresso em *offset*<sup>165</sup>, preto e branco, formato standard (56 x 34 cm)<sup>166</sup>, padrão da época, sendo utilizado pela grande imprensa com alta tiragem como *O Estado de S. Paulo* (que mantém o formato atualmente). Dentro do formato standard, o jornal mantinha oito colunas<sup>167</sup>, o que torna a diagramação pouco agradável para os padrões atuais, onde os standard são diagramados com seis colunas, o que aumenta os espaços entre textos.

Esse formato de diagramação torna a experiência de leitura dos jornais desse período bastante diferente da atual, pois havia um esforço em colocar nas doze páginas o máximo de texto possível. Esse modelo será revolucionado já em 1951, quando Samuel Wainer lança a *Última Hora*, que comparado aos jornais do período se aproxima muito mais da experiência atual de leitura. Confrontando os dois periódicos, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, o que se destaca é a diferença na distribuição do texto ao longo do jornal, ou seja, Samuel Wainer foi um dos pioneiros no Brasil da imprensa que vai além do conteúdo, pensa a forma.

A *Tribuna da Imprensa* estava dentro do modelo jornalístico produzido na década de 50 no Brasil, mas não configura entre as grandes tiragens da época. O *Anuário brasileiro de imprensa* apontava uma tiragem de 40 mil exemplares diários da *Tribuna da Imprensa* em 1950. O próprio Lacerda, no entanto, afirmou que eram impressos seis mil exemplares, ou seja, é difícil determinar a real tiragem do jornal, contudo é possível afirmar que sua circulação era muito abaixo dos grandes jornais do período, como *O Globo*, *Estado de S. Paulo* ou *Correio da Manhã* que possuíam tiragens entre 70 e 140 mil exemplares diários<sup>168</sup>.

A parte comercial da *Tribuna da Imprensa* seguia o modelo tradicional, anúncios avulsos e classificados concentrados em uma página. Porém, em uma rápida comparação com outros jornais do período, há um número muito menor de anunciantes nas páginas da *Tribuna*

---

<sup>165</sup> Offset é o processo de impressão mais utilizado para grandes tiragens, a partir de mil unidades. Offset significa fora do lugar, pois a impressão não é direta, o conteúdo é transferido para um cilindro de borracha que o imprime na superfície, funciona como um carimbo através de grandes máquinas.

<sup>166</sup> O jornal está acervado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por isso não foi possível verificar questões referentes ao papel utilizado na impressão.

<sup>167</sup> Centímetro x Coluna é uma medida usada para os anúncios em impresso como jornal e revistas. Na medida os centímetros são a altura do anúncio na página e as colunas são as de texto que seguem um padrão dentro do jornal, menos nos classificados que possui outra medida.

<sup>168</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 190.

da *Imprensa*. A edição de 08 de agosto de 1950<sup>169</sup> contava com menos de duas colunas de classificados na sexta página do jornal, quando o *Correio da Manhã* do mesmo dia possuía três páginas de classificados<sup>170</sup>. Considerando os anúncios publicitários, também há uma discrepância, sete anúncios de destaque na *Tribuna*, sendo um em especial de modelos de rádio *Emerson* que ocupava seis colunas com 30 centímetros de altura, ou seja, uma grande parte da página. O *Correio*, por outro lado, possuía anúncios em quase todas as suas 22 páginas, com destaque para empresas do período como Kolynos e Firestone.

O reduzido número de anúncios refletia no preço da assinatura e no esforço de conquistar novos assinantes. A assinatura anual da *Tribuna da Imprensa* era de Cr\$240,00<sup>171</sup> contra Cr\$150,00 do *Correio da Manhã*<sup>172</sup>. A explicação dessa grande diferença também passa pela tradição do jornal, a primeira edição do *Correio* é de 15 de junho de 1901, um periódico de quase meio século, estando todo esse tempo sob a direção da família Bittencourt, não pode ser comparado com uma publicação efêmera que possui menos de um ano. A *Tribuna* estava se afirmando como periódico, em um momento onde surgiam muitos jornais com vida curta, por isso investia em campanhas para conseguir novos assinantes:

Figura 6 – Amigo da Tribuna.

FONTE: <http://goo.gl/gxbRoY> (1950)

Comparando, ainda, o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa* é possível observar o posicionamento político. Ambos os periódicos apoiam a candidatura do Brigadeiro

<sup>169</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 08 de ago. 1950, p. 6. Disponível em: <<http://goo.gl/HqOfpo>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

<sup>170</sup> **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 08 de ago. 1950, p. 17. Disponível em: <<http://goo.gl/LmMH5l>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

<sup>171</sup> O preço da edição avulsa do jornal custava Cr\$ 0,80, não foi possível encontrar o valor da edição avulsa do *Correio da Manhã*. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 08 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/IE6auc>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

<sup>172</sup> **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 09 de ago. 1950, p. 3. Disponível em: <<http://goo.gl/YNc4cs>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

Eduardo Gomes, no entanto a *Tribuna* tinha um posicionamento muito mais combativo, contando desde agosto com anúncios das candidaturas políticas, enquanto no *Correio* o que se observa era uma cobertura da campanha. Essas são características de um jornal que foi criado no seio político de um partido e que possui como diretor uma figura como Carlos Lacerda.

Em 1950 Carlos Lacerda era um fervoroso membro da UDN e o símbolo do antigetulismo, mas sua trajetória até esse momento foi muito complexa. Seu pai, Maurício de Lacerda, apoiou a Aliança Liberal em 1929, foi próximo ao PCB e seus irmãos, Fernando de Lacerda e Paulo de Lacerda, foram importantes dirigentes do Partido. Integrou a Aliança Nacional Libertadora e participou do Levante Comunista de 1935. Assim como o filho, Maurício de Lacerda era um tribuno reconhecido, jornalista e em 1945 se filiou a UDN<sup>173</sup>.

A trajetória de Lacerda também começou nas fileiras dos partidos da esquerda brasileira. Participou, junto com o pai, da Aliança Nacional Libertadora e foi muito próximo do PCB. Nesse período a sua postura na tribuna já começava a se destacar, foi convidado pelo Major Carlos da Costa Leite, um dos diretores da ANL, para nomear Luís Carlos Prestes como presidente honorário do movimento durante seu discurso em março de 1935. Carlos Lacerda também fez a leitura do manifesto de Prestes em 5 de julho do mesmo ano<sup>174</sup>. Sua atuação nas frentes de esquerda fez com que vivesse na clandestinidade durante um ano, entre novembro de 1935 e o final de 1936. Sua relação com o Partido Comunista do Brasil se estende até fevereiro de 1939, quando escreve um artigo que resulta na sua expulsão<sup>175</sup>.

Entre 1939 e 1945, Lacerda vai se firmando como jornalista. Continua trabalhando no *Observador*, jornal onde escreveu o artigo sobre o PCB, do qual pede demissão em protesto ao fechamento de *O Estado de S. Paulo* pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Três meses depois, junho de 1940, Lacerda foi contratado para trabalhar na Agência Interamericana que fazia parte do Departamento Americano de Coordenação dos Assuntos Interamericanos dirigido por Nelson Rockefeller, onde permaneceu até início de

---

<sup>173</sup> PECHMAN, Roberto. Maurício de Lacerda. ABREU, Alzira Alves de [et al.], 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/9trRCS>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

<sup>174</sup> DULLES, John W.F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. (1914-1960) Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 42 – 45.

<sup>175</sup> Oficialmente, Carlos Lacerda nunca foi membro do PCB, apesar de ser muito próximo de suas fileiras. Sua expulsão foi resultado de um artigo escrito para o *Observador*, que visava comemorar o primeiro ano do Estado Novo. Em um momento inicial, Carlos se negou a escrever o texto devido sua proximidade com os comunistas. Lacerda comentou o caso com seus amigos, que levaram o assunto ao PCB que afirmou achar melhor que o artigo fosse escrito por alguém próximo, do que por um anticomunista. A primeira versão do texto foi aprovada pelo Astrojildo Pereira, ex-líder do partido, mas quando houve a publicação os membros do PCB se revoltaram com o conteúdo, o que resultou na expulsão de Carlos Lacerda. Foram distribuídos panfletos que o chamavam de agente fascista, trotskista e imperialista, além de informante. A expulsão, simbólica já que ele não pertencia aos quadros do partido, fez com que vários amigos evitassem o contato com Lacerda que viveu um período de isolamento. Ibidem, p. 61 – 65.

1942. Muito mais do que um momento de formação profissional, esse período irá influenciar o Carlos Lacerda que entrou para a história: antigetulista e combativo as políticas sociais.

Passou por diversos meios de comunicação, trabalhou na revista *Diretrizes* junto com Samuel Wainer, na cadeia dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, no *Diário Carioca* e no *Correio da Manhã*. Significativo é que Carlos Lacerda já era um forte opositor da política Vargasista em 1945. Em fevereiro desse ano, foi responsável pela entrevista com José Américo de Almeida, publicada no *Correio da Manhã*, que marca o fim da censura à imprensa durante o Estado Novo.

A aproximação de Carlos Lacerda com a UDN se deu através da Esquerda Democrática. A ED vai juntar forças com a União Democrática Nacional<sup>176</sup> no momento em que Prestes passou a apoiar Getúlio Vargas. A UDN, como já dito anteriormente, surge como o centro aglutinador dos opositores ao Estado Novo. Durante o governo Dutra, Lacerda já era o colunista ácido e voraz. Voltará sua munição contra a esquerda e aqueles que tinham algum vínculo com Getúlio Vargas. Foi eleito vereador do Distrito Federal em 1947 com incríveis 34.762 votos, o triplo recebido pelo seu concorrente mais próximo<sup>177</sup>. Ocupou o cargo até dezembro de 1947 quando pediu demissão devido a aprovação da Lei Orgânica do Distrito Federal que reduzia autoridade da Câmara dos Vereadores<sup>178</sup>. Entre 1945 e 1949, Lacerda também combateu o pacto UDN – PSD, que em sua opinião tirava os udenistas da oposição.

Na *Tribuna da Imprensa* Lacerda continuará praticando o jornalismo pelo qual ele já era reconhecido: prolixo e ácido. Sua coluna saía todos os dias, com raras exceções. Durante o período da campanha eleitoral de Getúlio Vargas, 09 de agosto a 31 de setembro, são publicadas 45 edições da *Tribuna da Imprensa* sendo que Carlos Lacerda escreveu 41 colunas<sup>179</sup> que eram publicadas na quarta página do jornal acompanhada, geralmente, de uma charge da Hilde Weber<sup>180</sup>. Optou-se por esse período para que fosse possível acompanhar a

---

<sup>176</sup> Benevides destaca, entretanto, que a ED nunca constituiu uma facção ou ala dissidente da UDN. Houve uma composição visando a constituição de uma frente única de oposição ao Estado Novo. BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. 1981, p. 31.

<sup>177</sup> Pedro de Carvalho Braga do PCB foi o segundo colocado com 10.520. BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral, 1950, p. 114 – 115.

<sup>178</sup> DULLES, John W.F. 1992, p. 101.

<sup>179</sup> As edições de sábado número 200, 223 e 235, respectivamente 19 de agosto, 16 e 30 de setembro de 1950, não possuem coluna do Carlos Lacerda, assim como a edição 207 que foi publicada em 28 de agosto, uma segunda-feira.

<sup>180</sup> Hilde Weber Abramo (Waldau, Alemanha 1913 - São Paulo SP 1994). Chargista, ilustradora, desenhista, pintora, ceramista. Em 1932, conclui os estudos na Escola de Artes Gráficas de Hamburgo. Nesse mesmo período, inicia cursos de desenho e de pintura e trabalha como ilustradora em jornais e revistas em Altona, na Alemanha. Em 1933, chega ao Brasil para reencontrar-se com o pai, que viera para cá em 1918, após o término da Primeira Guerra Mundial. Hilde Weber permanece no Rio de Janeiro, atua ao lado de Rubem Braga, realizando ilustrações para os *Diários Associados*. Entre 1943 e 1950, vive em São Paulo e passa a criar ilustrações para os periódicos *Noite Ilustrada*, *O Cruzeiro* e *Manchete*. Em 1950, transfere-se para o Rio de

repercussão da campanha eleitoral nas páginas do jornal, porém uma frase emblemática de Lacerda foi dita no dia 1º de junho de 1950, na coluna intitulada *Advertência oportuna*, antes mesmo do lançamento oficial da candidatura de Vargas:

O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à Revolução para impedi-lo de governar. Ele já fez várias, isso para ele não é novidade<sup>181</sup>.

Lacerda usa contra a candidatura de Vargas sua própria trajetória. Ao longo do texto ele afirma que o ex-ditador não pode protestar contra qualquer cassação dos seus direitos políticos, pois diversas vezes fez uso desse mecanismo. Cita, como exemplo, 1930 quando optou pela Revolução, 1934 quando foi eleito indiretamente e em 1937 quando instaurou o Estado Novo, em vez de conduzir o processo eleitoral. A argumentação de Lacerda estava centrada no primeiro governo Vargas, poucas vezes ele dialoga com o conteúdo da campanha eleitoral de 1950.

A manchete e a coluna de 10 de agosto, um dia após o início da caravana do candidato petebista, retomava a suposta ligação entre Vargas e Perón. A denúncia viria do gabinete da presidência e afirmava que eles tinham conhecimento de um plano subversivo montado pelo presidente da Argentina e o ex-ditador brasileiro. Afirmava que Perón interferia nos assuntos internos do Brasil e que sonhava com o restabelecimento do Vice-Reinado do Prata, estando esse projeto diretamente ligado ao destino de Getúlio Vargas. Apesar das afirmações, Lacerda admitia não ter provas, mas dizia que havia indícios e afirmava:

A tolerância para com o sr. Getúlio Vargas, neste momento, significa a condescendência com um cúmplice de Perón. É preciso não esquecer que assim como Perón aprendeu com a ditadura do sr. Getúlio Vargas este modernizou muito o seu estilo ditatorial com as lições que lhe deu o marido da incandescente panfletária de Buenos Aires. O sr. Getúlio Vargas encarna o peronismo no Brasil<sup>182</sup>.

Esse assunto voltou à manchete da *Tribuna da Imprensa* uma semana depois, 17 de

---

Janeiro e trabalha na *Tribuna da Imprensa*. Tornou-se conhecida pelas charges políticas e caricaturas do presidente Getúlio Vargas.

<sup>181</sup> Advertência Oportuna. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 01 de jun. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/9h3jmo>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

<sup>182</sup> Traição à vista. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 10 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/3euelr>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

agosto<sup>183</sup>, afirmando possuir provas sobre a relação Perón – Vargas, partindo de uma afirmação do embaixador argentino que estava no Brasil. Apesar da manchete, a reportagem não apresentava provas e se dedicava a listar intervenções argentinas em outros países da América do Sul, pois o embaixador havia afirmado que da mesma forma que a Argentina não tolera intervenção em seus assuntos internos, não iria se intrometer na política interna brasileira. O retorno a esse tema tinha como objetivo criar uma atmosfera de insegurança, onde a figura do Vargas estava ligada a perda da autonomia perante a Argentina.

Houve na empreitada para desmobilizar a candidatura de Getúlio Vargas nas páginas da *Tribuna da Imprensa* dois momentos. Durante o primeiro mês de campanha é possível acompanhar um ataque frontal, denúncias sobre a relação Brasil – Argentina, discursos são comentados e Getúlio Vargas é o principal oponente. Depois há uma mudança de postura, a conspiração do silêncio se torna o padrão e o adversário central passa a ser Cristiano Machado. Lacerda, possivelmente, acreditava na possibilidade de impugnação da candidatura de Vargas, com o aval da Justiça Eleitoral o foco vai aos poucos mudando para o candidato do PSD que poderia retirar votos importantes do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Na coluna *Justiça demissionária*, em 18 de agosto, se dedicou a analisar o registro da candidatura de Getúlio Vargas perante a Justiça Eleitoral utilizando o voto do ministro Ribeiro da Costa. Lacerda afirma que apesar de historicizar as “traições que se tornou responsável o sr. Getúlio Vargas<sup>184</sup>”, mesmo assim o ministro concedeu o registro. Seu argumento passa pela cassação do registro do Partido Comunista<sup>185</sup>, pois a existência do mesmo contrariava a Constituição, da mesma forma que a candidatura de Vargas em sua opinião. Para Lacerda era necessário ir além do texto, para não pecar por omissão: “Essa é uma das formas do erro judiciário por omissão. Por um formalismo descabido, e ainda mais estranhável numa Justiça que não tem de verificar apenas o texto e sim, mas do que qualquer outro tribunal, o espírito das leis<sup>186</sup>”.

Depois dessa coluna referente à Justiça Eleitoral Lacerda passa alguns dias sem citar Getúlio Vargas. Escreve sobre a necessidade de uma reforma parlamentar, Guerra da Coréia e até das colônias alemãs em Santa Catarina. Vargas até surge ao longo dos textos, mas não

---

<sup>183</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 17 de ago. 1950, p. 1. Disponível em: <<http://goo.gl/BGba44>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

<sup>184</sup> Justiça demissionária. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/si5ZcW>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

<sup>185</sup> A argumentação de Carlos Lacerda é interessante quando observado que o mesmo foi contra a cassação do Registro do PCB e posteriormente dos mandatos dos comunistas. Apesar disso, era a favor da solicitação de atestados de ideologia.

<sup>186</sup> Justiça demissionária. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/si5ZcW>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

como tema central. Essa postura é completamente oposta ao que vinha ocorrendo entre 09 e 18 de agosto, nesses primeiros dias de campanha Lacerda chega a comentar os discursos de Vargas.

Na coluna *A volta de Getúlio Vargas* parte, em 11 de agosto, Carlos Lacerda analisa o discurso pronunciado no dia anterior em São Paulo. Começa o texto comparando Vargas ao Napoleão Bonaparte:

A ilha de Elba desse Napoleão de bombachas é um curral em Itu onde as forças democráticas se têm prostrado, submissas, na vaga esperança de que o retireiro venha apascentá-las. O rico invernista gaúcho volta triunfante – mas, por quanto tempo? Os seus 100 dias são 55, que é quanto nos separa do episódio eleitoral de 3 de outubro<sup>187</sup>.

Lacerda compara a campanha eleitoral de Vargas ao governo de Napoleão Bonaparte quando fugiu da ilha de Elba e retornou a Paris, conhecido como Governo dos Cem Dias, depois Napoleão foi novamente exilado, dessa vez para ilha de Santa Helena onde ficaria até sua morte. Apesar de a comparação dar a entender que a campanha de Vargas estava fadada ao fracasso, não é essa a opinião do Lacerda ao longo do texto. A partir da análise do discurso, Lacerda afirma que Vargas tem razão em sua análise sobre a situação do país, entretanto a nação somente deveria considerar o discurso se fosse proferido por uma pessoa de bem. Afirma que a base do texto foi uma análise magistral produzida por um especialista que enviou cópias para o “Brigadeiro e a outros eminentes homens públicos<sup>188</sup>”. Esse relatório teria sido mostrado ao João Neves da Fontoura que fez cópia e enviou a São Borja, Getúlio Vargas falou “as verdades que, durante todo este tempo, a UDN calou<sup>189</sup>”.

Termina a análise afirmando que se o povo acreditasse em Getúlio Vargas a culpa não seria dele e sim dos políticos que acreditavam que o ex-ditador era um candidato perdido. “Ele está forte e esta campanha vai fortalecê-lo muito mais<sup>190</sup>”. A mesma edição do jornal trazia como manchete *Fracassou o comício de Getúlio: conflitos de rua em S. Paulo marcam o início da campanha*<sup>191</sup> destacando que houve confrontos entre quemistas e os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A versão do jornal focou nas ações dos

---

<sup>187</sup> *A volta de Getúlio Vargas* parte. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 11 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/WBDnCQ>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 11 de ago. 1950, p. 1. Disponível em: <<http://goo.gl/eSiZvR>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

estudantes contra a candidatura de Vargas e na violência do confronto, que foi toda atribuída aos quemistas.

Como dito anteriormente, esse é um período de ataque aberto contra Getúlio Vargas, na coluna do dia seguinte Lacerda volta ao tema, chamando o getulismo de *Doença Nacional*, partindo de um discurso do medo:

O terror branco, o terror rubro, o terror verde, o terror amarelo. Terror de todos os tons. Rara a família brasileira em que alguém, amigo ou amiga, não esteve preso, nas muitas revoluções a que esse azarento condenou o país que transformou em lacaio de sua ambição mesquinha e pessoal<sup>192</sup>.

Texto carregado de rancor perante aqueles que apoiavam Vargas, afirmando que “esse miserável é a imagem da frustração de um povo<sup>193</sup>”. Esta coluna possui características desse Lacerda mais ácido, chegando a afirmar que a ânsia de poder de Getúlio Vargas “há de sufoca-lo e de qual, sem dúvida, ele morrerá algum dia de morte convulsa e tenebrosa<sup>194</sup>”. Esse período trás as crônicas mais inflamadas e que melhor demonstram a falta de sensibilidade presente nos argumentos de Lacerda perante aqueles que apoiavam Vargas, principalmente os mais humildes, simplesmente não havia dialogo. A coluna termina afirmando que Vargas:

Louva e lisonjeia um povo que, de todo o seu ser, ele despreza. Ele não tem com o povo senão a mesma relação que teve com esse mesmo povo a tuberculose, a febre amarela, a sífilis. É uma doença social, o getulismo. Queira Deus não seja necessário um mal maior para curar a desgraça que aflige a nação.

Esse sistema de argumentação demonstra que como os demais candidatos, Lacerda não compreendia o que levava a população mais humilde a se identificar em Getúlio Vargas. Sua arguição passava por conceitos que não eram fundamentais para o trabalhador da fábrica, o morador das periferias. Lacerda estava preocupado com liberdade de imprensa, direitos humanos, garantias individuais<sup>195</sup>. O trabalhador estava preocupado com o salário mínimo, a elevação do custo de vida, a inflação que reduzia sua capacidade de compra. As demandas de

---

<sup>192</sup> Doença Nacional. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 12 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/7zIDWT>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Vale destacar que em diversos momentos Carlos Lacerda se posicionou a favor de ações que eram contrárias as garantias individuais e aos direitos humanos, exemplo dessa posição foi o apoio ao golpe civil-militar que instaurou o regime militar em 1964.



Lacerda eram legítimas, todavia não dialogavam com os anseios dos trabalhadores.

Provável é que o trabalhador do Distrito Federal não fosse o leitor da *Tribuna da Imprensa*. A recepção é um desafio e não há dados ou pesquisas para identificar quem era o leitor que acompanhava o periódico. A hipótese é que as seis mil edições impressas diariamente eram lidas por pessoas que possuíam posicionamentos próximos ao de Lacerda, logo não havia debate. A coluna *Cartas dos leitores* pode ser um indicativo do público-alvo atingido pela publicação, por impossibilidade de uma análise mais profunda segue um exemplo:

De um acadêmico de odontologia, T. Teixeira e Silva, residente à rua Uranos, 1311, casa 3, Olaria, recebemos a seguinte carta: Embora eu seja um simples estudante de odontologia e modesto servidor público, venho hipotecar-lhe, por meio desta, a minha solidariedade a sua atitude desassombrada e varonil em defesa dos princípios democráticos<sup>196</sup>.

Um levantamento restrito das edições publicadas durante a campanha (entre 09 de agosto e 31 de setembro) foi possível identificar<sup>197</sup> as seguintes profissões/informações entre os leitores: estudante católico, ex-vereador e major, engenheiro, morador de Atenas na Grécia, médico e um “observador da galeria à direita da primeira fila das sessões da Câmara de Vereadores”. Logo, ninguém que se encaixe no perfil de trabalhador beneficiado pela Consolidação das Leis do Trabalho<sup>198</sup>. Há um único caso que sai do padrão funcionário público, político e profissional liberal, são vendedores de bilhetes de loteria que escreveram para solicitar atenção com a concorrência da loteria federal que havia sido anulada e por isso eles estavam parados desde fevereiro, solicitavam que o periódico incitasse uma solução perante o Presidente da República<sup>199</sup>. Mesmo assim, não se enquadravam no perfil do trabalhador urbano beneficiado pelas políticas sociais do governo Vargas.

A próxima coluna, 14 de agosto, tinha como tema o discurso pronunciado no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, palco das celebrações do Dia do Trabalho durante o Estado

---

<sup>196</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 19 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/wjTMna>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

<sup>197</sup> Foi considerada a profissão que os leitores atribuíam nas correspondências. Há cartas em que não foi possível identificar.

<sup>198</sup> A coluna *Cartas dos leitores* era pública na quarta página da *Tribuna da Imprensa*, as informações foram identificadas nas seguintes edições, respectivamente: 10 e 22 de agosto e 06, 11, 19 e 27 de setembro.

<sup>199</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 de set. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/sn5bKN>>. Acesso em: 14 de jul. 2016.

Novo. Em *A disputa da copa e cozinha*<sup>200</sup> voltou a comparar Getúlio a Napoleão, afirmando que a semelhança era com Napoleão III e seus golpes de Estado. Comentou todos os pontos do discurso, negando a realização ou atribuindo a outra pessoa: “Combateu as secas. Quem o conduziu? José Américo. Quem o executou? O engenheiro Luiz Vieira”.

Significativo são as posições de Lacerda, pois ele pode até concordar com algumas propostas do candidato do PTB, entretanto para ele a figura de Vargas era a tradução da falência do Brasil. Ele não negava que as obras haviam sido realizadas, contudo creditava a outras pessoas. Questões que não tinham como ser desvinculadas a figura de Vargas, eram relativizadas:

A legislação social... Depois de tanta mentira, lá vem mais uma vez o cavalo-de-batalha. Leis justas, algumas outras apressadas e demagógicas, leis que por vezes protegem a preguiça e a incompetência igualando-a com a capacidade de trabalho, a ponto de desestimular em vez de prestigiar o trabalhador<sup>201</sup>.

O trecho comentado por Lacerda é um dos poucos durante a campanha em que Vargas faz alusão direta às leis trabalhista:

Governei com o povo e com os trabalhadores e deles recebi o premio maior que um homem público poderia ambicionar: o reconhecimento singelo, mas leal e expressivo, do carinho do povo. Ao meu tempo, o Dia do Trabalho deixou de ser um motivo de apreensões e de receios, para se transformar em ocasião de regozijo público, em grandes manifestações a céu aberto, em que todos se confraternizavam no mesmo entusiasmo. Era quando o Governo dava conta das medidas tomadas em favor do proletário e anunciava a elaboração de novas leis trabalhistas. Nessa época, o Governo era o povo e o povo era o Governo. Porque não se conquista a amizade popular com palavras, mas com atos; e nem se obtém a sua simpatia com discursos sonoros, mas com obras de efetivo ampara aos interesses dos que trabalham<sup>202</sup>.

O discurso de Vargas evidencia que o processo de relacionar a sua figura com as leis trabalhistas, ocorrido durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, com apoio do DIP, foi bem sucedido. A outra questão, colocada na sua fala, é que sua relação com os trabalhadores não seria possível se fosse baseada somente em discursos

---

<sup>200</sup> A disputa de Copa e Cozinha. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/mX0b2n>>. Acesso em: 14 de jul. 2016

<sup>201</sup> A disputa de Copa e Cozinha. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/mX0b2n>>. Acesso em: 14 de jul. 2016.

<sup>202</sup> VARGAS, Getúlio. 1951, p. 92.

vazios, ou seja, houve ações que realmente beneficiaram as classes populares. Carlos Lacerda interpretava essa relação baseado em parâmetros de manipulação. Os trabalhadores haviam sido manipulados, manobrados por Vargas. Essa interpretação já foi preponderante na produção historiográfica sobre o primeiro governo Vargas. Hoje se defende um espaço de trocas, os trabalhadores não estavam sob tutela, estavam lutando por direitos em uma nova arena instituída após a Revolução de 30, o espaço político.

O espaço político do trabalhador, contudo, não passava pela argumentação do colunista da *Tribuna da Imprensa*. Para Lacerda o que movia Getúlio nessa nova empreitada era somente a sede de poder, ele poderia estar cansado, mas não havia alternativa para sair vitorioso:

O erro do sr. Getúlio Vargas foi não se ter feito matar a 29 de outubro de 1945. Se ele queria ser hoje vitorioso, eleger dona Alzira deputada, o doutor Lutero também, e ser uma espécie de assombração nacional, deveria ter provocado algum dos generais que o foram ver ao Guanabara, para se fazer matar – e se possível, com requintes de crueldade e covardia<sup>203</sup>.

Todas as colunas desse período citam Getúlio Vargas, em compensação não há um único texto de Lacerda falando sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes. Seu estilo de jornalismo não serve a elogios, quando para de atacar Vargas muda somente de alvo passando a focar no candidato do PSD. O periódico, como um todo, até tenta cobrir a campanha de Eduardo Gomes, mesmo assim existia uma clara tendência em atacar os outros, em vez de destacar os seus.

Há um momento de transição, onde os temas das colunas são mais variados e Vargas surge relacionado aos mais diversos temas. Mas, após meados de setembro o alvo predileto de Lacerda se torna Cristiano Machado. Na coluna *Candidato a ministro de Getúlio*, Lacerda afirmava que a eleição seria disputada por Eduardo Gomes e Getúlio Vargas e sentenciou: “Se o sr. Getúlio Vargas vencer, deve mostrar a sua gratidão ao sr. Cristiano Machado fazendo-o, no duro, ministro da Justiça. Pois ninguém trabalhou tanto para elegê-lo<sup>204</sup>”. Aparentemente, houve um momento em que Lacerda parou de ter como público-alvo aqueles que votavam em Getúlio Vargas, para se dedicar aqueles que tinham como candidato Cristiano Machado, pois esses tinham algo em comum com os eleitores do Brigadeiro, não votavam no ex-ditador. As

---

<sup>203</sup> A disputa de Copa e Cozinha. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14 de ago. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/mX0b2n>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

<sup>204</sup> Candidato a ministro de Getúlio. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 de set. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/hjvtFX>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

acusações que Carlos Lacerda faz a Cristiano Machado são as mais variadas, chegando a afirmar que ele possui o apoio dos comunistas e que a insistência em manter a sua candidatura é um erro contra a nação<sup>205</sup>.

Durante todo o período analisado, há somente uma coluna dedicada ao Brigadeiro Eduardo Gomes, *Um voto, uma voz, uma vida*, em 21 de setembro onde comenta o discurso que o próprio Lacerda pronunciou em Petrópolis, em prol a campanha da UDN. Apesar disso, seu foco foi os demais candidatos:

A vitória da coligação totalitária seria à volta a ontem, a volta à ditadura, pois os ditadores não se regeneram, os ditadores são inveterados. O grupo de um terceiro candidato, de divisão das forças democráticas, se dilui no meio do povo à medida que sobre ele se derrama a cornucópia dos favores oficiais. A ditadura como perspectiva para o povo, ou a liberdade e a Justiça, como compromisso do Brigadeiro – eis o que terá de ser decidido a 3 de outubro.

A estratégia de combate político estabelecida por Lacerda era diferente da que optou Vargas. O segundo focava seu discurso nos feitos do antigo governo e quando atacava a gestão atual visava às opções políticas e não o ataque pessoal. Lacerda não, seu foco, em grande parte da campanha, foi a figura de Getúlio Vargas, pois não havia uma experiência política da UDN para se pautar.

A capa da última edição do mês de setembro trazia uma charge da Hilde Weber. Nela os três candidatos eram representados um ao lado do outro, seguindo a ordem que UDN acreditava serem os resultados eleitorais. Primeiro Eduardo Gomes, alto e com um terno bem alinhado, seguido de Getúlio Vargas que era representado em cima de um monte que lhe dava sustentação: DIP, imprensa censurada, café queimado, câmbio negro, polícia especial, entre outros. Por último, vinha Cristiano Machado que estava em cima de uma montanha de dinheiro. A imagem tinha o seguinte título *Veja bem: Qual é o maior?*<sup>206</sup>.

Essa charge representa as escolhas de Carlos Lacerda. Eduardo Gomes surge como político completo e que não precisa de destaque para suas virtudes, ao longo dos meses de agosto e setembro de 1950, Lacerda se dedicou a elucidar o que sustentava os demais candidatos. Os montes abaixo de Getúlio Vargas e Cristiano Machado, na visão de Lacerda, pautavam a coluna. A eleição ocorreu em 03 de outubro e a partir do dia 05 o topo da capa era

---

<sup>205</sup> Candidato a ministro de Getúlio. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 de set. 1950, p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/hjvtFX>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

<sup>206</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 de set. 1950, p. 1. Disponível em: <<http://goo.gl/8iiOl4>>. Acesso em: 15 de jul. 2016

preenchido com um placar das apurações, que ao longo dos dias confirmava a vitória de Getúlio Vargas<sup>207</sup>. Carlos Lacerda passaria a terceira parte da sua estratégia, pois Vargas já havia sido candidato e eleito, agora não deveria tomar posse.

Figura 7 – Qual é o maior?



FONTE: <http://goo.gl/8iiO14> (1950)

<sup>207</sup> **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 05 de out. 1950, p. 1. Disponível em: <<http://goo.gl/ubXQEO>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os primeiros anos pós Estado Novo, Getúlio Vargas foi a figura que conseguiu mobilizar os trabalhadores. Essa capacidade de influência, porém, não era natural. Foi cuidadosamente construída ao longo dos últimos anos do seu governo e reforçada com a desastrosa gestão de Eurico Gaspar Dutra. Esse modelo de fazer política, principalmente durante o período eleitoral marcou o campo político brasileiro e se perpetua, apesar das críticas e do desgaste, até os dias atuais.

Essa construção do mito que data do Estado Novo, mostrou que a motivação inicial da pesquisa era inválida. Não havia possibilidade de responder como Getúlio Vargas agenciou a CLT durante a campanha, pois simplesmente ela foi poucas vezes trabalhada ao longo dos meses de agosto e setembro de 1950. Isso ocorre porque não havia necessidade de reforçar o vínculo entre Getúlio Vargas e as leis trabalhistas, ele já era sólido e o candidato tinha consciência disso. Em oposição, pretendia-se compreender como o mesmo candidato lidou com a “sombra” da longa ditadura do Estado Novo, e novamente ele simplesmente não trata do tema. Ao longo da campanha a imprensa opositora sempre remeteu ao período entre 1937 e 1945, porém Getúlio Vargas nunca responde essas acusações, falando no máximo que defende um sistema democrático. Considerando a situação do eleitor, essa tentativa de oposição de rememorar o Estado Novo não teve eco, e Vargas saiu da eleição como o vencedor.

Era o único modelo possível? Não, havia outras possibilidades em disputa. O político como representante de uma camada da sociedade seja dos trabalhadores, das mulheres, dos pobres e assim por diante, foi o modelo vitorioso no momento, mas as estratégias derrotadas revelam muito sobre como os trabalhadores se relacionavam com essa arena de combate.

Os trabalhadores apoiaram e elegeram Getúlio Vargas em 1950? Sim, não há dúvidas sobre isso. Mas em outros cargos, em especial vereadores e prefeitos, os trabalhadores não queriam ser representados por quem simplesmente dialogava com suas demandas. Tentaram eleger pessoas dos seus próprios quadros, que experienciavam diariamente a luta de classes a qual eles estavam submetidos. Foi o caso de Marcos Andreotti, eleito vereador em Santo André, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e Manoel Dias Veloso, estivador pernambucano, eleito vereador em Santos, ambos em 1947<sup>208</sup>.

---

<sup>208</sup> Ambos não foram empossados, pois as candidaturas de membros do PCB através do PST foram impugnadas.

Essa questão reforça algo que foi discutido rapidamente ao longo do texto. As esferas de poder, municipal, estadual e federal, tem suas próprias regras de funcionamento. Não é correto projetar disputas em nível federal, para eleições em outras esferas, isso reduz a compreensão sobre as especificidades que ocorrem nestes espaços de poder. Em 1945, um dos trunfos do PSD foi um panfleto onde Vargas conclamava os trabalhadores a votarem em Dutra. O mesmo Getúlio Vargas, em janeiro de 1947, se engajou na campanha para as eleições estaduais. Visitou seis capitais brasileiras em oito dias, mas o PTB não elegeu um único governador.

A força política de Vargas foi construída de forma personalista e não era automaticamente transferível. Mesmo a relação entre Vargas e o PTB, como demonstrado ao longo do texto, não era direta e foi preciso um trabalho das lideranças do partido para atrelar o legado trabalhista construído durante os dois governos de Getúlio Vargas ao PTB após o seu suicídio.

Por fim, a eleição presidencial de 1950 foi a primeira experiência da democracia de massa para os brasileiros. Uma longa campanha por todo o país, com um grande investimento financeiro, utilização dos meios de comunicação e mobilização ampla do eleitorado. Apesar de a análise se concentrar na campanha de Getúlio Vargas, os demais candidatos, Eduardo Gomes e Cristiano Machado, também viajaram pelo país e investiram na divulgação. Logo, as características da campanha não devem ser observadas como um diferencial de Vargas, mas como uma necessidade que surge nesse momento a partir das mudanças do eleitorado no pós-45.

Não é um diferencial de Vargas, mas é um diferencial da própria eleição e que marca uma nova forma de se relacionar com os eleitores. A profissionalização da campanha eleitoral é crescente e contínua a se aperfeiçoar nos dias atuais. O processo começou com o fim do Estado Novo, mas a eleição de 1950 é um marco, pois possui todas as características de um processo eleitoral regular, diferente de 1945 que ficou marcado pelo processo de reabertura com o fim da ditadura.

Como os documentos apontam, todas as etapas da campanha foram pensadas. Não há mais espaços para improvisos. O roteiro, os discursos, os panfletos, os anúncios nos jornais deviam ter objetivo e dialogar entre si. Para o Comitê Nacional Pró Getúlio Vargas esse era o caminho mais seguro até o Catete. Mas a campanha foi realmente crucial para o resultado eleitoral? Nesse campo as evidências abrem espaço para suposições, que mesmo embasadas em dados não podem ser afirmadas categoricamente.

A campanha da aliança PTB/PSP foi um esforço extra rumo ao catete, mas possivelmente irrelevante. E porque irrelevante? Diferentemente do que foi afirmado por Carlos Lacerda, o maior apoiador de Vargas não foi Cristiano Machado, mas sim o próprio governo Dutra. A política de repressão, arrocho salarial, perda do poder de compra e aumento do custo de vida foi, possivelmente os maiores fatores de identificação do eleitorado com Vargas. Essa combinação cruel para o trabalhador que recordava os direitos trabalhistas conquistados em 1930 e 1945 estava, possivelmente, entre as principais motivações para o voto no candidato petebista.

As fontes aqui analisadas, porém, não possibilitam afirmar esta combinação. O estudo das motivações que levam a escolha de um candidato em detrimento de outro, ainda é um desafio. Acredito, no fim, que Vargas seria eleito mesmo sem o esforço em torno da campanha eleitoral, mesmo sem deixar São Borja, assim como em 1945. Mas qual motivo de estudar uma campanha e sua repercussão em um jornal se ela era descartável? As motivações são atuais e falam mais sobre 2016 do que 1950.

Vivemos um momento de crise da democracia representativa, de repensar as formas de financiamento eleitoral, de buscar uma nova forma de interação entre políticos e eleitores, de cogitar um novo político e um novo eleitor. Entender, mesmo que pequenos detalhes, da realidade social no momento em que esse sistema estava sendo pensado e testado, simultaneamente, pode nos ajudar na compreensão dos nossos próprios dilemas atuais. A clareza sobre o caminho que Getúlio Vargas percorreu entre outubro de 1945 e outubro de 1950, nos ajuda a entender como um político que tinha grande parte da imprensa como oposição a sua candidatura foi eleito com ampla margem de votos.

Foram motivações atuais que influenciaram a estudar uma campanha que leva novamente ao Catete alguém que tinha saído de lá com a pecha de ditador. Entender o comportamento eleitoral, a posição da imprensa e as escolhas do candidato lança luz sobre nossos próprios desafios. Quais as possibilidades com o esgotamento da democracia representativa? Qual o papel da imprensa?

Em 1950 havia uma imprensa mais plural, apesar de marcadamente antivarguista. Carlos Lacerda também está nesse momento de formação da imprensa brasileira nos moldes atuais. Os jornais da década de 1950 estão muito mais próximos do modelo contemporâneo, do que quando comparado com o início dos anos 30. Qual era o poder de influencia de Lacerda sobre o eleitorado? Com quem ele estava dialogando? Apesar de ser um tribuno reconhecido, nesse momento ele ainda não estava no auge da sua trajetória e sua capacidade



de ação ainda era restrita aqueles que, aparentemente, tinham posicionamentos semelhantes.

Menos de quatro anos depois Lacerda estará no centro da crise que levou Vargas a optar pelo suicídio. O que mudou nesse curto espaço de tempo? Rapidamente, pode-se afirmar que o espaço de atuação de Lacerda se ampliou, ele influenciava mais pessoas. E hoje? Qual é o poder dos grandes grupos de mídia? Como esperar mudanças estruturais com uma mídia monopolizada? Todas foram perguntas que surgiram e influenciaram esse estudo.

Por último, entender como os partidos políticos reagiram a novas demandas e posicionamentos da sociedade também permeou a pesquisa. Getúlio Vargas foi o que melhor dialogou com essas necessidades, mas isso não faz dele um revolucionário. Vargas almejou sempre a harmonia entre as classes, chegando a afirmar que a política trabalhista era contrária a luta de classes. Vargas respondia as demandas dos trabalhadores para mantê-los dentro dos limites das regras impostas pelo sistema político, e os trabalhadores não eram passivos e grandes greves ocorreram durante o segundo governo Vargas. Como os partidos atuais responderam as demandas sociais, principalmente a partir de junho de 2013? Ainda há espaços para acordos que mascaram à luta de classes?

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **A UND e os udenismos: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 -1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, p.193-216, jan. - jul. 2011.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O estado de São Paulo**. São Paulo: Alpha-Omega, 1980.

CARONE, Edgard. **A quarta Republica: (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1980.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79**. 1988. 278f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo Governo Vargas: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973**. 2002. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002,

DULLES, John W.F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador. (1914-1960)** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIGUEIREDO, Rubens. **O que é marketing político**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945):** política, trabalho e terra. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer:** o corvo e o bessarabiano. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MANHANELLI, Carlos Augusto Bonacorso. **Os Jingles eleitorais nas campanhas presidenciais no Brasil**. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização, Brasil 1945-1950**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MICHAELIS: dicionário escolar da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MIGUEL, Luiz. Felipe. Em torno do conceito de mito político. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, p. 635-661, 1998.

NETO, Lira. **Getúlio:** Da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** do Império aos dias atuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINHO, J. B. **Comunicação em marketing:** princípios da comunicação mercadológica. 6. ed. Campinas: Papirus, 2002.

REGAL, Débora Kfuri. **Getúlio Vargas volta ao Catete:** A estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social da Cultura, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

## FONTES

### CPDOC:

Acordo em Santos Reis. Arquivo CPDOC: GV c 1950.03.19.

Carta da Comissão Organizadora do Movimento Nacional Queremista a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1948.05.01.

Carta de João Neves a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1950.06.27

Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC: GV c 1950.08.05/2.

Documentos sobre a campanha presidencial de 1950, contendo dados sobre material de eleição e notas referentes aos gastos com campanha. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/52

Documentos sobre a campanha presidencial de 1950. Arquivo CPDOC: GV ce 1950.08/09.00/50

### Legislação:

BRASIL. Decreto-lei nº 2.162, de 01 de maio de 1940. Institui o salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/zO8e5i>>.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. **Coleção de Leis do Brasil**. Disponível em: <<https://goo.gl/CRm8Ni>>.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/1NnnFm>>.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.502, de 23 de julho de 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes a organização sindical, e dispõe sobre os mandatos sindicais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/ybPxL9>>.

BRASIL. Decreto nº 23.046, de 07 de maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/nk0RCt>>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Altera a Constituição Federal de 1937. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://goo.gl/rb2BLJ>>.

BRASIL, LEI n. 1.164, de 24 de julho de 1950. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial**

**União.** Disponível em: <<https://goo.gl/0fRK95>>.

## **Periódicos**

*Correio da Manhã* (Rio de Janeiro)– disponível na Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital

*Correio de Uberlândia* - disponível na Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital.

*Folha da manhã* (São Paulo) – disponível no Banco de dados Folha/Acervo on line.

*Jornal do Comercio:* órgão dos Diários Associados (Manaus) - disponível na Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital.

*Jornal de Penedo* – disponível na Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital.

*O Estado* (Florianópolis) – disponível na Biblioteca Pública de Santa Catarina.

*Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro) – disponível na Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital.

## **Publicações**

BRASIL, Instituto Nacional De Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937. Disponível em: <<https://goo.gl/zbUln4>>.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951. Disponível em: <<https://goo.gl/zgLu0C>>.

\_\_\_\_\_. Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em <<http://goo.gl/qCn11q>>.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Boletim Eleitoral.** Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 23. Disponível em: <<https://goo.gl/j6bF7X>>.

\_\_\_\_\_. **Dados estatísticos:** eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <<https://goo.gl/MhKQYt>>.

\_\_\_\_\_. **Dados estatísticos:** eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950, v. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Disponível em: <<https://goo.gl/MNrjRl>>.

\_\_\_\_\_. **Dados estatísticos:** eleições federais e estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963, v. 7. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973. Disponível em: <<https://goo.gl/oUMUcr>>.

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em:<<http://goo.gl/p77Iny>>.

RESENHA Eleitoral. **Eleições Catarinenses (1945-1998)**. Tribunal Regional Eleitoral. Florianópolis, novembro de 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/A0zQzE>>.

VARGAS, Getúlio. **A campanha presidencial**. São Paulo: Editora José Olympio, 1951.